



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DANILO RODRIGUES DA SILVA

**JUVENTUDE GUARDIÃ:
DIRETRIZES AGROECOLÓGICAS DA BIOCONSTRUÇÃO DE UMA
CASA PEDAGÓGICA DE SEMENTES CRIOULAS E SEQUÊNCIA DE
TEMAS PARA PLANOS DE ESTUDO NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA
DE ITIÚBA**

AMARGOSA - BAHIA

2021

DANILO RODRIGUES DA SILVA

JUVENTUDE GUARDIÃ:
DIRETRIZES AGROECOLÓGICAS DA BIOCONSTRUÇÃO DE UMA
CASA PEDAGÓGICA DE SEMENTES CRIOULAS E SEQUÊNCIA DE
TEMAS PARA PLANOS DE ESTUDO NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA
DE ITIÚBA

Dissertação apresentada aos membros da banca examinadora do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Orientador: Profº. Drº. Tiago Rodrigues Santos

AMARGOSA - BAHIA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

S586j

Silva, Danilo Rodrigues da.

Juventude guardiã: diretrizes agroecológicas da bioconstrução de uma casa pedagógica de sementes crioulas e sequência de temas para planos de estudo na Escola Família Agrícola de Itiúba. / Danilo Rodrigues da Silva. – Amargosa, BA, 2021.

97 fls.; il. color.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Rodrigues Santos.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2022.

Bibliografia: fls. 95 - 97.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Escolas – Organização e administração. I. Santos, Tiago Rodrigues. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DANILO RODRIGUES DA SILVA

JUVENTUDE GUARDIÃ:
DIRETRIZES AGROECOLÓGICAS DA BIOCONSTRUÇÃO DE UMA CASA
PEDAGÓGICA DE SEMENTES CRIOULAS E SEQUÊNCIA DE TEMAS PARA
PLANOS DE ESTUDOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITIÚBA.

Amargosa – Bahia, 2021.

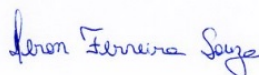
Banca Examinadora da Defesa da Dissertação:



Tiago Rodrigues Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientador



Alex Verdério
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinador interno



Heron Ferreira Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Examinador externo

RESUMO

O presente texto tem por finalidade apresentar o percurso e resultados desta pesquisa-ação para o Programa de Mestrado em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), que foi desenvolvida junto aos/às jovens do 3º ano do Curso Técnico de nível médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio na Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI), que está situada no município de Itiúba – Bahia. A referida pesquisa ampliou-se para as localidades desses/as jovens, que são os Projetos de Assentamento (P.A) da Reforma Agrária dos municípios de Cansanção (P. A Nova Vida; P. A. Belo Monte; P. A Auto Bonito; P.A Nova Esperança) e Ourolândia (P. A. Lagoa de Dentro; P. A. Santa Luzia), com o objetivo de compreender em que medida o processo e a experiência agroecológica de uma Bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes Crioulas na Escola Família Agrícola de Itiúba são fomentadores de outros processos sociais, pedagógicos e políticos no que tange ao trabalho como princípio educativo na interface entre escola, famílias, comunidades e os/as jovens educandos/as. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a pesquisa-ação e suas quatro etapas: Diagnóstico, Construção do Plano de Ação, Execução do Plano de Ação e Avaliação, que através das ferramentas participativas possibilitou uma maior participação de todos/as os/as envolvidos/as no seu desenvolvimento, desde a fase de elaboração, planejamento, execução até a avaliação. Gerando um novo Setor Produtivo Pedagógico e Agroecológico para a Escola Família Agrícola de Itiúba – EFAI, que é a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, possibilitando novos conhecimentos na formação dos/as jovens sobre as Sementes Crioulas, os/as jovens realizaram intervenções nas suas comunidades e, ao mesmo tempo, as comunidades também contribuíram no âmbito da formação integral desses/as jovens, e com esses debates agroecológicos surge um panorama dos Projetos de Assentamentos sobre a realidade das Sementes Crioulas e a atuação dos jovens, resultando na criação de uma Sequência de Temas de Planos de Estudo tendo a Agroecologia como norte para o Curso Técnico de nível médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Palavras-chave: Educação do Campo. Questão Agrária. Sementes Crioulas. Juventude.

ABSTRACT

The purpose of this text is to present the path and results of this action research for the Master's Program in Rural Education at the Federal University of Recôncavo Baiano (UFRB), which was developed with young people in the 3rd year of the Technical Course. High school in Agriculture, Integrated with High School at the Family Agricultural School of Itiúba (EFAI) which is located in the municipality of Itiúba – Bahia, the aforementioned research was extended to the locations of these young people, which are the Settlement Projects (PA) of the Agrarian Reform of the municipalities of Cansanção (P. A Nova Vida; PA Belo Monte; P. A Auto Bonito; PA Nova Esperança) and Orolândia (PA Lagoa de Dentro; PA Santa Luzia) with the aim of understanding the extent to which the process and the agroecological experience of a Bioconstruction of a Pedagogical House of Creole Seeds at the Family Agricultural School of Itiúba fosters other social, pedagogical and political processes, regarding work as an educational principle. tion at the interface between school, families, communities and the young people being educated. The methodology used for this research was action research and its four stages: Diagnosis, Construction of the Action Plan, Execution of the Action Plan and Evaluation, which through participatory tools enabled a greater participation of all those involved/ those in its development, from the elaboration, planning, execution and evaluation phase. Generating a new Pedagogical and Agroecological Productive Sector for the Family Agricultural School of Itiúba – EFAI, which is the Pedagogical House of Crioula Seeds, enabling new knowledge in the training of young people about Crioula Seeds, the young people carried out interventions in their communities and at the same time, the communities also contributed to the integral formation of these young people, and with these agroecological debates, an overview of the Settlement Projects emerges on the reality of Crioula Seeds and the actions of young people, resulting in the creation of a Theme Sequence of Plans of Studies with Agroecology as the north for the Technical Course of medium level in Agriculture, Integrated to High School.

Key words: Rural Education. Agrarian Question. Creole Seeds. Youth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Itiúba-BA	45
Figura 2 - Símbolo do movimento CETA	46
Figura 3 - Registro da chegada dos materiais doados pelo STRAF de Itiúba – Bahia.....	49
Figura 4 - Os Quatro Pilares da Formação nas EFAs.....	54
Figura 5 - Suprassistema: Influências que recebe	59
Figura 6 - Atividade: Mapa Falado e Escrito – Análise do Agroecossistema da EFA de Itiúba	62
Figura 7 - 2ª Ação: Roda de Conversa e prática de Bioconstrução com os/as jovens na EFA de Itiúba.....	69
Figura 8 - 2ª Ação: Roda de Conversa e prática de Bioconstrução com os/as jovens na EFA de Itiúba.....	69
Figura 9 - 1ª Ação: Oficina sobre Agroecologia com os/as jovens na EFA de Itiúba.....	69
Figura 10 - 3ª Ação: Roda de Conversa sobre sementes crioulas na EFA de Itiúba (conservação, troca e reprodução)	69
Figura 11 - 2ª Ação: Roda de Conversa e prática de Bioconstrução com os/as jovens na EFA de Itiúba	69
Figura 12 - 3ª Ação: Roda de Conversa sobre sementes crioulas na EFA de Itiúba (conservação, troca e reprodução)	69
Figura 13 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Nova Vida – Cansanção	69
Figura 14 - 4ª Ação: Visitas aos/as guardiões e guardiãs	69
Figura 15 - 4ª Ação: Visitas aos/as guardiões e guardiãs	69
Figura 20 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Lagoa de Dentro – Orolândia.....	69
Figura 16 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Belo Monte – Cansanção	69
Figura 17 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Alto Bonito – Cansanção	69
Figura 18 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Nova Esperança – Cansanção	69
Figura 19 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Santa Luzia – Orolândia.....	69
Figura 21 - 6ª Ação: Construção da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas	69
Figura 22 - Descrição do conceito de Alternância Prolongada – modalidade adotada pelas Escolas Família Agrícola nesse período de Pandemia da covid-19	79
Figura 23 - Reunião entre a EFA de Itiúba e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas Família Agrícola na Bahia – 2021	28
Quadro 2 - Instrumentos trabalhados na EFA de Itiúba	50
Quadro 3 - Plano de Ação e Cronograma	65
Quadro 4 - Dados dos Assentamentos	76
Quadro 5 - Informações coletadas durante as oficinas nos assentamentos	77
Quadro 6 - Sequência Didática de Planos de Estudo para EFA de Itiúba	90

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	10
INTRODUÇÃO: COM LICENÇA, POSSO ENTRAR?.....	10
1.1 JUSTIFICATIVA.....	12
1.2 OBJETIVO GERAL	14
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.4 METODOLOGIA	15
1.4.1 Oxente, mas como é essa tal pesquisa-ação?.....	15
CAPÍTULO II.....	23
CONCEITOS E TEMAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA.....	23
2.1 QUESTÃO AGRÁRIA	24
2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO	27
2.3 AGROECOLOGIA	33
2.4 JUVENTUDES DO CAMPO.....	39
CAPÍTULO III.....	44
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITIÚBA - EFAI: EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DEFESA DA VIDA NO SERTÃO DA BAHIA.....	44
3.1 A ABELHA DOURADA: O MUNICÍPIO DE ITIÚBA – BAHIA.....	44
3.2 ITIÚBA E A SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO CETA	46
3.3 LOCAL DA PESQUISA: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITIÚBA (EFAI) – EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DEFESA DA VIDA NO SERTÃO DA BAHIA.....	48
3.4 ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA NO BRASIL	51
CAPÍTULO IV.....	57
A CONSTRUÇÃO DA CASA PEDAGÓGICA DE SEMENTES: EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA NA PRÁXIS DA JUVENTUDE.....	57
4.1 PESQUISA-AÇÃO NA PRÁTICA: VEREDAS METODOLÓGICAS PERCORRIDAS NESTA PESQUISA.....	57
4.1.1 Diagnóstico realizado: conhecer para intervir	57
4.1.2 Construção do Plano de Ação da Pesquisa	63

4.2 PLANTIO DAS AÇÕES E COLHEITA DOS SABERES.....	64
4.2.1 Ação 1 - Oficina temática sobre Agroecologia com os/as jovens da EFA de Itiúba	70
4.2.2 Ação 2 - Roda de Conversa e prática de Bioconstrução na EFA de Itiúba	73
4.2.3 Ação 3 - Roda de Conversa sobre Sementes Crioulas na EFA de Itiúba (conservação, troca e reprodução).....	74
4.2.4 Ação 4 e 5 - Oficinas temáticas sobre sementes crioulas nos assentamentos e visita aos/às guardiões e guardiãs	75
4.2.5 Ação 5 - Construção da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas	78
4.3 PLANTAMOS, MAS O QUE COLHEMOS?	81
4.3.1 Sequência de temas de Planos de Estudo – P.E. para compor o Plano de Curso do Currículo Integrado do Curso Técnico de nível médio em Agropecuária da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI).	90
5 CONSIDERAÇÕES.....	92
REFERÊNCIAS.....	95

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO: COM LICENÇA, POSSO ENTRAR?

Olá, querido/a leitor/a. Primeiro quero me apresentar. Sou Danilo Rodrigues da Silva, Assistente Social, Especialista em Agroecologia, residente no Perímetro Irrigado Jacurici (Assentamento Novo Paraíso), no município de Itiúba – Bahia. Desde o ano de 2014 moro na Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI). Atuo com os/as educandos/as dos Assentamentos vinculados e/ou próximos ao Movimento dos/as Trabalhadores/as Assentados/as Acampados/as e Quilombolas da Bahia (CETA), e atualmente sou Monitor e Professor no Curso Técnico em Agropecuária na Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI) e Assistente Social no Lar Santa Maria de Itiúba.

Convido você para acompanhar esta escrita, que tem como objetivo apresentar o percurso histórico, a sustentação teórica e a metodologia que embasam esta pesquisa-ação vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que tem como produtos finais esta Dissertação descrevendo as *Diretrizes Agroecológicas para a Bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes Crioulas e uma Sequência de Temas de Planos de Estudo na Escola Família Agrícola de Itiúba*. A referida bioconstrução foi realizada na EFA de Itiúba, e as oficinas nos Assentamentos resultaram em uma *Sequência de Temas de Planos de Estudo para utilização da Casa Pedagógica no Curso Técnico de nível médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio*.

O referido estudo foi desenvolvido na Linha de Pesquisa “*Trabalho, Movimentos Sociais e Educação*”, a partir da pesquisa-ação fundada no materialismo histórico e dialético, buscando propiciar espaços de diálogo entre os/as jovens estudantes da turma do 3º ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI), as famílias e as comunidades sobre a Agroecologia como um processo social, pedagógico e político, através da bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, tendo como categorias de análise a Questão Agrária, a Educação do Campo, a Agroecologia e a Juventude.

Utilizando da possibilidade ofertada por este Programa de Mestrado da UFRB com vistas a atender às demandas sociais, o tema desta pesquisa vincula-se a duas entidades sociais que estão intimamente ligadas à luta do povo camponês, que é a Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI) e o Movimento Estadual de Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e

Quilombolas da Bahia (CETA), portanto, uma construção coletiva, que vem carregada da história e da luta de muitas mãos que abriram os caminhos para que esse momento fosse possível de acontecer.

Considero que este tema foi construído em um momento oportuno, em que o cenário atual do campo brasileiro é muito preocupante. Temos visto retrocessos desmedidos, liberações de novos agrotóxicos, ataques aos direitos dos sujeitos do campo e tentativas constantes de amordaçar a prática pedagógica, como expressão de um projeto de educação que enclausura o livre debate das ideias. Isso nos exige resistência e luta em prol do projeto de vida que a Agroecologia representa. Por isso, propus-me a estudar a Agroecologia, não somente como uma ciência da área produtiva, mas como modo de viver em plenitude, em harmonia com a natureza.

Essa pesquisa nasce também do anseio gerado pela pesquisa que desenvolvi na Especialização que cursei em Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia no Instituto Federal Baiano, Campus Serrinha. Nessa especialização pude aprofundar um pouco mais os meus conhecimentos sobre Agroecologia, Educação do Campo e Economia Solidária, onde abordei a *Agroecologia e seus princípios Agroecológicos na Formação Humana dos/as Jovens da Escola Família Agrícola de Itiúba – EFAI*, cuja base metodológica foi a pesquisa-ação e as ferramentas de coleta de dados das metodologias participativas, que possibilitaram uma construção coletiva.

Considerando que na pesquisa-ação da especialização procurou-se dar passos lentos diante da demanda prioritária identificada pelos/as jovens da EFAI, percebemos no processo de avaliação da intervenção a necessidade de dar continuidade ao trabalho, porém, potencializando o pensar a Agroecologia como processo social e pedagógico capaz de ressignificar a sinergia pretendida na EFA de Itiúba, entre escola – família – comunidade, entre teoria e prática, entre auto-organização, problematização do mundo, contextualização, entre trabalho, saberes e produção.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos, que seguem:

- **Capítulo 1 - Introdução:** Com licença, posso entrar?;
- **Capítulo 2 - Conceitos e Temas em Educação do Campo e Agroecologia;**
- **Capítulo 3 – EFA de Itiúba: Educação do Campo em Defesa da Vida no Sertão da Bahia;**

- **Capítulo 4** – A Construção da Casa de Sementes: Educação do Campo e Agroecologia na práxis da juventude;
- **Capítulo 5** – Considerações Finais.

1.1 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa foi desenvolvida na Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI) e nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em que residem os/as educandos/as da turma do 3º ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da EFAI, que atua com a Pedagogia da Alternância, onde os/as estudantes passam parte do tempo na escola e parte na comunidade, com a família. Chama-me atenção que no segundo espaço-tempo da alternância (família/comunidade) os/as estudantes partilham os diversos saberes adquiridos, a fim de continuar a práxis (teoria + prática), seja na comunidade, na unidade produtiva familiar (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção nos movimentos sociais. Esta é a concretude da Educação do Campo, que nasceu em meio ao silenciamento e descaso da educação para os povos do campo, conforme pontua Caldart (2007, p. 2-3):

[...] tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, afirmação dialógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade.

No Brasil, existe o histórico de negligência em relação à educação para a população camponesa. Quando havia/há escolas em espaços rurais, estas ensinavam/ensinam conteúdos descontextualizados que desvalorizam as identidades dos/as jovens camponeses/as.

Deste modo, esta pesquisa teve como objetivo principal estudar a Agroecologia como processo social, pedagógico e político, e sua relação com a Educação do Campo e o trabalho como princípio educativo, buscando trazer novas reflexões sobre essas questões que envolvem diretamente a juventude camponesa e suas famílias, isto é, o viver e produzir no campo de forma harmônica, através do debate sobre as Sementes Crioulas.

Considerando as lutas travadas e conquistas alcançadas nas últimas décadas no Brasil pelos povos do campo e o atual acirramento ideológico dos diferentes projetos de

desenvolvimento nacional e para o campo, coloca-se como necessidade problematizar as contradições em torno do papel da Agroecologia enquanto política pública, assumindo, em certa medida, uma posição secundária quando observamos o fortalecimento estratégico do discurso e defesa do campo comercial do orgânico (campo de muito interesse das grandes empresas que representam os desdobramentos da Revolução Verde), sem que haja uma análise profunda das relações de produção. Nesse sentido, torna-se fundamental questionar o lugar da Agroecologia enquanto processo social de construção de um projeto alternativo ao modelo de desenvolvimento do campo, e também compreender qual o papel da Educação do Campo calcada na Agroecologia e no trabalho como princípio educativo para a emancipação das pessoas do campo.

Esta pesquisa traz como produtos finais esta Dissertação descrevendo as *Diretrizes Agroecológicas para a Bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, e uma Sequência de Temas de Planos de Estudo na Escola Família Agrícola de Itiúba*.

A referida bioconstrução foi realizada na EFA de Itiúba, e as oficinas nos Assentamentos resultaram em *uma Sequência de Temas de Planos de Estudo para utilização da Casa Pedagógica no Curso Técnico de nível médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio*, que servirá como documento orientador para redesenhar outros ou novos processos a partir da Agroecologia, buscando, cada vez mais, a participação da juventude nessa transição agroecológica, tomando como dimensões o viver, o saber e o produzir.

A experiência agroecológica da bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes Crioulas na EFA de Itiúba servirá como base para outras Escolas Família Agrícola (EFAs) e comunidades. Primeiro porque esta parte sistematizada poderá ser utilizada como material para realização de trabalho de base, trabalhando a Agroecologia a partir das Sementes Crioulas, inserindo os/as jovens, as famílias e as comunidades nesse diálogo. Segundo porque é apresentado um novo contexto na nomenclatura e sua simbologia, substituindo o termo “Banco de Sementes” pelo termo Casa Pedagógica de Sementes Crioulas.

Para nós, esse novo termo que empregamos faz todo sentido. O termo “casa” é aplicado como sendo um lar das sementes, onde todos/as podem ter acesso. Neste sentido, o compartilhamento e a troca representam a solidariedade, superando a ideia de algo restrito, como o termo “banco” nos faz pensar. Afinal, o foco não é a quantidade de sementes na casa, mas sim, a origem, as relações que aquelas sementes proporcionaram e proporcionarão entre os/as jovens, a escola e as comunidades.

Já o termo Pedagógico é porque esta unidade soma-se aos demais setores produtivos pedagógicos da Escola Família Agrícola de Itiúba, podendo ser utilizada como um espaço de

aulas, pesquisas e compartilhamentos, sendo um laboratório vivo da Sociobiodiversidade. Um espaço de reconhecimento da Educação do Campo como primordial para a liberdade dos povos do campo, e a Agroecologia como outro modo de viver, produzir, resistir e construir saberes.

Assim, acreditamos na importância desta pesquisa coletiva para o fortalecimento da proposta política, pedagógica e social da EFAI e do Movimento CETA para afirmação do campo com gente e sob um estilo de reprodução social calcado no Bem Viver (ACOSTA, 2016).

1.2 OBJETIVO GERAL

Compreender em que medida o processo e a experiência agroecológica de uma Bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes Crioulas na EFA de Itiúba é fomentadora de outros processos sociais, pedagógicos e políticos no que tange ao trabalho como princípio educativo na interface entre escola, famílias, comunidades e os/as jovens educandos/as.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover práxis educativas calcadas no trabalho como princípio educativo e na Agroecologia para fomentar a bioconstrução da casa pedagógica de sementes;
- Avaliar coletivamente a experiência vivida nas oficinas e para a bioconstrução da casa pedagógica de sementes na escola;
- Construir as *Diretrizes Agroecológicas para a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas*, buscando fomentar outros processos sociais, pedagógicos e políticos no que tange ao trabalho como princípio educativo na interface entre escola, famílias e comunidades para outras Escolas Família Agrícola EFAs;
- *Elaborar uma Sequência de Temas de Planos de Estudo* a partir da avaliação da experiência vivida, buscando apontar caminhos para o fortalecimento do uso da Casa Pedagógica de Sementes como espaço educativo para a escola e as comunidades.

1.4 METODOLOGIA

Ao se propor a realização de uma pesquisa, o/a pesquisador/a deve definir a metodologia que vai utilizar para chegar ao seu objetivo. É através dela que será possível proporcionar a viabilidade da realização do projeto e a identificação da realidade investigada. Para Minayo (1994, p. 16), a “metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

Costa Gomes e Borba (2004) consideram que a Agroecologia sugere uma revisão metodológica para englobar nas ciências naturais a estrutura metodológica das ciências sociais.

Para realização desta pesquisa, utilizamos o método da pesquisa-ação.

O método de pesquisa-ação consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que se encontram reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas. No processo de pesquisa-ação estão entrelaçados objetos de ação e de conhecimento (THIOLLENT, 2011, p. 07).

Neste sentido, deve-se adotar metodologias participativas (diagnóstico participativo, leitura de paisagem, entre outras), permitindo o reencontro de produtores/as e usuários/as de conhecimento, de forma abrangente e democrática, podendo até mesmo surgir um terceiro nível de conhecimento através do método dialógico. A participação é condição essencial para a Agroecologia, pois fortalece os laços comunitários e desencadeia processos de ação social coletiva, numa perspectiva de desenvolvimento endógeno.

A pesquisa-ação possui quatro etapas: 1ª – Diagnóstico; 2ª – Construção do Plano de Ação; 3ª – Execução do Plano de Ação e 4ª – Avaliação.

A seguir, será apresentado o caminho metodológico deste estudo, trazendo as características dessas quatro fases que direcionam a pesquisa-ação.

1.4.1 Oxente, mas como é essa tal pesquisa-ação?

A pesquisa ação é diferenciada, pois possibilita outras experiências. Ela promove dois atos interligados: o de pesquisar ampliando os conhecimentos sobre determinada temática e o da ação, que tem o objetivo de mudar ou solucionar determinada problemática encontrada na realidade pesquisada, sempre de forma coletiva, proporcionando voz e vez aos/às sujeitos/as que estão inseridos/as no processo, compartilhando saberes, ora sendo sujeitos/as da pesquisa,

ora sendo pesquisadores/as. Como relata Gauthier (1984, p. 462), a pesquisa-ação é a “modalidade de pesquisa que faz do ator um pesquisador e do pesquisador um ator, que orienta a pesquisa para a ação e, em retorno, vincula a ação a considerações de pesquisa”.

É importante que o/a pesquisador/a, no seu processo de pesquisa e nas relações com os/a sujeitos/as, tenha humildade (vista como sensibilidade) para ouvir e trocar conhecimentos – o leva, muitas vezes, a aprender mais do que intervir. Portanto, essa modalidade de pesquisa exige sensibilidade para compressão da realidade, levando em consideração que:

[...] é inovadora do ponto de vista científico somente quando é inovadora do ponto de vista sócio-político, isto quer dizer, quando tenta colocar o controle do saber nas mãos dos grupos e das coletividades que expressam uma aprendizagem coletiva tanto na sua tomada de consciência como no seu comprometimento com a ação coletiva (ZUÑIGA, 1981, p. 33-44).

O/a pesquisador/a é desafiado ao ato de inovar, pois ele vai vivenciar a situação de determinada população/comunidade/grupo e encontrar a demanda existente com base na participação das pessoas que são partes da pesquisa. Ainda, irá colaborar de forma coletiva na busca da resolutividade das possíveis demandas.

A pesquisa-ação, definida como método (ou como estratégia de pesquisa), contém diversos métodos ou técnicas particulares em cada fase ou operação do processo de investigação. Assim, há técnicas para coletar e interpretar dados, resolver problemas, organizar ações etc. Os pesquisadores recorrem a métodos e técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação e também técnicas de registro, de processamento e de exposição de resultados. Em certos casos os convencionais questionários e as técnicas de entrevista individual são utilizados como meios de informação complementar. Também a documentação disponível é levantada. Técnicas: diagnósticos de situação, resolução de problemas, mapeamento de representações etc. Na parte “informativa” da investigação, técnicas didáticas e técnicas de divulgação ou de comunicação, inclusive audiovisual, também fazem parte dos recursos mobilizados para o desenvolvimento da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011, p. 32-33).

Nesta perspectiva, é preciso ouvir as pessoas, assegurando o direito de os atores sociais construírem as suas possibilidades de melhorias de vida. Como relata Morin (1992), “cria-se, então, uma convivência incomum entre pesquisador implicado na ação e ator implicado na reflexão, um tipo de cooperação estimulante de todos os participantes”.

Nesta modalidade de pesquisa, além de uma possível solução para uma demanda pesquisada, busca-se produzir conhecimento sobre determinada temática. Ao tempo em que o/a pesquisador/a está inserido/a neste universo que o aproxima da realidade pesquisada, ele/a também passa por determinadas situações e todo este processo possibilita, ainda, que aconteça a transformação do/a pesquisador/a em relação a sua visão de mundo e a sua prática profissional. Assim, ele/a se torna parte (indubitavelmente) do processo de interação,

amparado na pesquisa, ultrapassando a barreira do contato, de forma externa para o pertencimento.

Na pesquisa-ação os/as pesquisadores/as desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas, sendo exigida uma estrutura de relação entre pesquisadores/as e pessoas da situação investigada, a qual seja do tipo participativa. Além disso, a participação dos/as pesquisadores/as não deve chegar a substituir a atividade própria dos grupos e suas iniciativas.

Na realização da pesquisa-ação, o pesquisador precisa se precaver para não dedicar-se demasiadamente à intervenção da ação e esquecer-se das demais partes da pesquisa. Existem algumas lacunas que as comunidades, entidades ou grupos que se relacionarão durante o processo, possuem que a depender do grau de empenho do pesquisador ele acabe por se acarretar com demandas extras, ou seja, esse tipo de pesquisa te transmite para outro mundo, quando você menos espera você é um integrante do grupo, com anseios, angústias, quer colaborar com a resolutividade de outros problemas que o período curto da pesquisa não dá conta, e por isso, muitas das vezes acontece o atraso, isso é ser ruim para o prazo da pesquisa, mas implica na formação do pesquisador na prática militante das demandas apresentadas, pois mais uma vez, o pesquisador está mudando também o seu modo de ver a vida e alcançando o que muitas das vezes ele não alcança em outras modalidades de pesquisa em geral, ele/a alcança a implicação social com o modo de viver do povo (THIOLLENT, 2011, p. 22).

A pesquisa-ação pode ter diversas definições, a depender do grau da relação entre pesquisador/a e atores. Além disso, há o pertencimento que o pesquisador demonstra com a ação na pesquisa em que está desenvolvendo. Nessa dinâmica de pesquisa e de ação, para que aconteça uma integridade, é preciso pensar que:

Existe uma grande variedade de pesquisas-ações. De acordo com alguns autores, os tipos de pesquisa-ação variam em função da intensidade do vínculo entre pesquisadores e atores em função do nível de participação do pesquisador na ação. A pesquisa integral será aquela que permitir uma explicação (sobre...), uma aplicação (para...) e uma implicação (por...) engajada no processo de explicação-transformação de uma dada realidade. Os graus de intensidade da pesquisa-ação serão modulados em função desses processos de explicação-aplicação-implicação unindo autores e atores (DESROCHE, 2006).

Portanto, para existir a integração entre esses três aspectos trazidos por Desroche (2006), a pesquisa precisa dizer claramente sobre o que está objetivando (intencionalidades) para que seja entendida tanto no meio acadêmico quanto no meio popular, e que principalmente os atores que dela participaram possam entendê-la. É preciso também que haja a aplicação da ação, que é geradora de conhecimento e transformação e, por fim, uma implicação. Sua relevância social pautada na temática ou demanda estudada permite, assim, a mudança e o envolvimento de todos/as que a compõem. Unindo essas perspectivas, é possível

produzir conhecimento e explicação sobre uma dada realidade e, ainda, buscar a sua transformação. É com base na observância desses orientadores que se pode nominar os tipos de pesquisas-ações, que são colocadas

[...] em função das próprias finalidades da pesquisa encarada (pesquisa de adaptação ou de transformação) na perspectiva dos agentes que tiveram a iniciativa (o pesquisador ou o ator) e a partir da própria forma da pesquisa iniciada (com seu caráter mais ou menos ativo). Essas três dimensões permitem qualificar várias pesquisas-ações em função de diversos graus de implicação social que se entendem em um contínuo que vai de um procedimento de recuperação de informação a um procedimento militante (GAUTHIER,1984).

Toda pesquisa busca fortalecer um projeto, e é nessa não neutralidade que o/a pesquisador/a vai direcionar o seu caminho, respeitando a participação dos/as sujeitos/as, atendendo a uma demanda social.

Consideramos que essa é uma pesquisa-ação integral, que busca explicar, aplicar e está implicada na transformação da realidade junto dos sujeitos.

Para a realização de uma pesquisa-ação o/a pesquisador/a precisará seguir essas quatro etapas: 1 - Diagnóstico; 2 - Construção do Plano de Ação; 3 - Execução do Plano de Ação e 4 - Avaliação.

A seguir apresentaremos cada um desses passos que compõem a pesquisa-ação.

1ª Etapa: Diagnóstico

O diagnóstico é a primeira fase da pesquisa-ação, servindo para diagnosticar a realidade pesquisada. É o momento em que o/a pesquisador/a buscará compreender a realidade da comunidade, entidade ou grupo com o qual desenvolverá a pesquisa, sendo o ponto de partida para a pesquisa-ação, pois, é a partir dele que toda a pesquisa e a ação se nortearão. Durante a realização do mesmo, recomenda-se que sejam utilizadas metodologias participativas através de ferramentas e instrumentos de coleta de dados que melhor se ajustem à situação das realidades pesquisadas. Quando metodologias participativas são aplicadas, é possível aproximar pesquisadores/as e atores/as envolvidos/as no processo.

Esta fase se divide em três etapas, que são:

- a) A Descrição das situações iniciais e contrato:
 - ✓ Partilha do primeiro diagnóstico geral da situação;
 - ✓ Identificação dos principais recursos disponíveis;
 - ✓ Examinar sucintamente certas possibilidades de intervenção;
 - ✓ Estabelecimento do contrato de pesquisa-ação.

- b) Formulação do problema ou dos problemas principais:
 - ✓ Realizar uma exploração sistemática da situação problemática;
 - ✓ Esboçar explicações gerais das causas e conseqüências;

- ✓ Sensibilizar os futuros parceiros para as hipóteses explicativas;
 - ✓ Formulação do problema ou dos problemas principais.
- c) Construção da problemática da situação na perspectiva da pesquisa e da ação:
- ✓ Tomar decisões no quadro geral da pesquisa e da ação;
- Chegar a um entendimento sobre as prioridades de pesquisa e de ação (DIONNE, 2007).

Essa primeira etapa, que consiste no diagnóstico, deve ser bem realizada, uma vez que um diagnóstico, não sendo bem feito, a pesquisa tende a não fluir como o esperado. Nesse primeiro momento, é importante que o/a pesquisador/a consiga mediar o seminário/diagnóstico, sem deixar prevalecer a sua opção da pesquisa sobre a vontade dos/as sujeitos/as envolvidos/as e, ao mesmo tempo, ter habilidade para mediar o momento com o grupo e perceber as problemáticas que vão surgindo, tanto as de cunho coletivo como as de cunho pessoal. Ao se tratar de um grupo numa comunidade, entidade ou escola, as relações sociais coletivas e individuais daquele grupo vão refletir, também, no momento do diagnóstico e do firmamento da pesquisa.

2ª Etapa: Construção do Plano de Ação

Depois da primeira fase, que é a realização do diagnóstico, o/a pesquisador/a, juntamente com os/as integrantes do processo da pesquisa, parte para a segunda fase metodológica da Pesquisa-Ação. Esta fase busca estruturar o caminho para a efetivação da pesquisa e da intervenção por meio da ação, através do planejamento de possíveis soluções para transformação da realidade e atendimento às demandas que os sujeitos apresentaram diante do diagnóstico. Assim, cria-se o direcionamento do projeto, definem-se os objetivos das ações e demais passos a serem dados. Segundo Dionne, esta fase se divide em quatro etapas, que são:

- a) Elaboração das hipóteses de soluções:
 - ✓ Definir os resultados esperados (situação de chegada desejada);
 - ✓ Fazer um levantamento de possíveis soluções.
- b) Definição dos objetivos do projeto da pesquisa-ação:
 - ✓ Determinar as prioridades da ação;
 - ✓ Definir os objetivos da pesquisa;
 - ✓ Especificar os objetivos gerais do projeto de pesquisa-ação;
 - ✓ Especificar as modalidades de funcionamento da equipe de pesquisa-ação.
- c) Construção de um plano de ação (planejamento):
 - ✓ Definir as principais estratégias a empregar;
 - ✓ Especificar as atividades a serem realizadas;
 - ✓ Inserir as operações no cronograma de realizações com prazos.
- d) Instrumentos e critérios de avaliação da pesquisa-ação:

- ✓ Construir os instrumentos para a coleta de dados da pesquisa-ação;
- ✓ Prever os critérios de avaliação do conjunto da pesquisa-ação;
- ✓ Fazer estimativas quanto ao fluxo de realização do projeto (DIONNE, 2007).

Esta etapa, de início, parece simples, mas precisa ser realizada com o mesmo cuidado da primeira etapa, inclusive trazendo as sistematizações da primeira etapa para o grupo validar se, de fato, aquelas foram as discussões proferidas e se a problemática foi de fato captada pelo/a pesquisador/a. Este momento precisa ser bem organizado, porque nessa construção do plano de ação da pesquisa-ação é importante manter a participação coletiva, buscando definir o que será feito, estabelecendo as demandas prioritárias, os objetivos, o que se espera das ações e com quem se pode contar para que tudo isso seja colocado em prática.

Esta etapa requer muita concentração, pois gera muitas expectativas em relação ao que pode surgir com a intervenção da pesquisa-ação. É importante olhar para o que foi identificado como problemática e para as condições concretas de enfrentamento, pensando como o grupo quer estar em relação àquela questão depois que o plano de ação for executado. Ainda, é preciso ter esperança e equilíbrio para lidar com as dificuldades que se apresentam, definindo todos os aspectos junto com o grupo.

3ª Etapa: Execução do Plano de Ação

Essa é a terceira fase da Pesquisa-Ação. É a fase da execução do plano de pesquisa e de ação, lembrando que as etapas anteriores já são, de certa forma, intervenções, pois cada etapa vai concretizando as atividades coletivas de construção do caminho da pesquisa. Esta fase, porém, não é a parte em que se aprofunda essa intervenção, sendo dividida em quatro etapas, que são:

- a) Implementação da intervenção da pesquisa-ação:
 - ✓ Praticar ensaios na realização do projeto (papéis e mandatos).
- b) Execução participante das atividades:
 - ✓ Organizar e coordenar as atividades;
 - ✓ Implementar as atividades de pesquisa e de ação.
- c) Avaliação contínua:
 - ✓ Avaliar continuamente as atividades (DIONNE, 2007).

A execução do plano de ação consiste em colocar em prática o que foi planejado na etapa anterior. Para tal, é preciso que o/a pesquisador/a, juntamente com os/as colaboradores e os/as sujeitos/as da pesquisa, tenha plena convicção da importância dos seus respectivos papéis na execução da pesquisa. Embora não seja o início da pesquisa, é preciso lembrar que

as outras duas fases já são partes da pesquisa e da intervenção, pois geraram dados, e suas realizações já são os primeiros resultados. A execução é a continuidade das demais fases, devendo ser bem organizada e coordenada.

A ação e a pesquisa serão realizadas nesta fase. O/A pesquisador/a precisa estar alinhado à ação com os/as demais sujeitos/as e, concomitante a isso, estar atento à pesquisa, aplicando seus instrumentos de pesquisa e realizando suas análises em paralelo à ação. Outra coisa que é primordial neste momento é a constante avaliação da execução das ações para que não se perca o rumo da pesquisa e da ação, tendo rigor, mas também sendo flexível, porque nem todos os aspectos de que a pesquisa necessita para dar continuidade ao seu ciclo dependem do/a pesquisador/a, dos/as colaboradores/as e dos/as sujeitos/as da pesquisa.

4ª Etapa: Avaliação Final

Quarta e última fase do percurso da pesquisa-ação, esta é pautada na análise dos resultados, juntamente com a avaliação final, para comparar se os passos planejados inicialmente tiveram êxito, ou não, na transformação que foi proposta na ação e na pesquisa. Essa fase é composta por quatro etapas, que são:

- a) Análise dos resultados da pesquisa:
 - ✓ Processamento das informações coletadas;
 - ✓ Análise conjunta dos resultados da pesquisa e da ação;
 - ✓ Redação do relatório de pesquisa.

- b) Difusão dos resultados: informação e relatórios:
 - ✓ Informar os parceiros acerca dos resultados;
 - ✓ Estabelecer caminhos para assegurar a continuidade.

- c) Avaliação final do processo e dos resultados:
 - ✓ Lembrar-se dos critérios de avaliação;
 - ✓ Escolher uma estratégia coletiva de avaliação;
 - ✓ Proceder à avaliação final (avaliação somatória).

- d) Finalização e reativação da ação:
 - ✓ Decidir conjuntamente acerca das ações a serem prosseguidas;
 - ✓ Ser capaz de sair do processo, se necessário (DIONNE, 2007).

Esta última fase da pesquisa-ação não é menos importante do que as demais, sendo o momento em que o/a pesquisador/a e os/as demais participantes realizam o balanço do que foi alcançado através das ações da fase anterior. Deve ser realizada de forma coletiva, levando em consideração que, se algumas ações não foram alcançadas como o planejado, isso também faz parte do processo e pode ser tido como resultado. Na pesquisa-ação o processo em si já é uma ação. É preciso avaliar, também, se os/as envolvidos/as na pesquisa pretendem dar

continuidade nas ações e se o/a pesquisador/a vai continuar, de alguma forma, a colaborar ou se sairá do processo. Essa análise existe, porque muitas vezes nem são as ações concretas que mudam durante o processo, mas os/as próprios/as envolvidos/as vão se transformando na medida em que participam de uma pesquisa-ação.

CAPÍTULO II

CONCEITOS E TEMAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA

Apresentamos a seguir as reflexões sobre as categorias Questão Agrária, Educação do Campo, Agroecologia e Juventudes do Campo, partindo do princípio de que as categorias citadas permeiam um elo em comum nesta pesquisa, que é o viver, o saber e o produzir.

O campo está em disputa, e o capital não disputa somente a produção e as formas de produzir; disputa, também, a terra e, sobretudo, a formação dos/as jovens ao adentrar nas escolas, propondo uma educação descontextualizada que distancia os/as jovens das suas identidades e cultura.

No âmbito desta pesquisa a Questão Agrária é essencial para o debate, tendo em vista que todos/as os/as estudantes são Assentados/as da Reforma Agrária, que a Escola está em uma área de Assentamento e que o debate sobre a posse da terra no nosso país é latente. Enquanto vivermos em uma sociedade na qual quem produz comida de verdade vive às margens das terras, expulsos pelas grandes cercas dos latifúndios, será necessária a reflexão, bem como a organização e a LUTA.

Depois da luta pela terra, os movimentos sociais encamparam a luta pela Educação do Campo. Paralelamente, ao lutar pela terra e conquistá-la, foi compreendido que era importante lutar por uma educação que respeite e valorize as realidades e as especificidades dos povos do campo – e é na Educação do Campo que encontramos alicerce para a formação integral do/as jovens camponeses.

Para demarcar esse debate, este trabalho traz a Educação do Campo como um marco teórico para o caminhar desta pesquisa. Traz, também, a temática da Agroecologia para compor este estudo. Com o intuito de ampliar o debate para além da produção orgânica, a Agroecologia nos possibilita um projeto que trava essa batalha em defesa da vida – vida com dignidade, pautada na Educação do Campo e em um novo projeto para a sociedade, compreendendo-o como fundamental na práxis educativa na formação dos/as jovens.

Outra categoria que debatemos nesta pesquisa é a das Juventudes do Campo. Além de debatermos a conquista da terra, a educação e a produção, é importante debater sobre os/as jovens, sobre as especificidades dessas Juventudes do Campo e suas perspectivas futuras, pessoais e profissionais, sendo que os/as jovens também são um território em disputa.

2.1 QUESTÃO AGRÁRIA

A luta pela Educação do Campo está intimamente ligada à Questão Agrária na luta pelo direito à terra. Pode-se dizer que uma complementa a outra. Como assegurar o direito à terra e não possuir o direito de ter Educação do Campo para os/as filhos/as dos/as camponeses/as, e como ter uma Educação voltada para o Campo, com os povos despossuídos da terra (das águas, das matas, dos terreiros e das florestas)? Dialogar sobre a Questão Agrária nessa pesquisa se faz necessário, sobretudo, pela realidade em que a Escola Família Agrícola de Itiúba está inserida, em um Assentamento da Reforma Agrária (Assentamento Novo Paraíso – Itiúba), e também pela realidade dos (as) educandos (as) que compõem esta pesquisa, haja vista que parte é oriunda dos Assentamentos da Reforma Agrária e suas famílias possuem Unidades Produtivas Familiares graças a essa conquista. Já os (as) educandos (as) que vivem em comunidades e povoados e/ou fazendas, suas famílias, na sua grande maioria, possuem menos de 10 tarefas de terra.

Em um país continental como o nosso, que tem a posse das suas terras concentradas nas mãos das famílias latifundiárias, é imprescindível que a Educação do Campo esteja ligada à problematização das disparidades sociais no campo. É inconcebível que um/a agricultor/a passe toda a sua vida trabalhando nas terras “dos” fazendeiros e que a ele/a se destine somente os sete palmos de terra. Para a população camponesa, em que o trabalho é intimamente ligado à relação concreta com a natureza, como haverá a reprodução da vida e de seu ser sem que haja este campo para todos/as? E é por conta desta problemática do campo, cercado pelo capital agrário, que o povo fica sem terra, inclusive a juventude, porque a questão agrária alcança a todos/as.

Desde que os portugueses chegaram ao Brasil, iniciou-se um processo de devastação das riquezas existentes e acumulação de riquezas por uma pequena parcela da sociedade que se aliou aos detentores do poder econômico e político. Nosso país é extremamente desigual quando o assunto é a questão agrária, acentuando a divisão e concentração das terras brasileiras: uma pequena parcela com muito e uma grande parcela sem nada. Expulsaram e mataram os povos indígenas, pois, naquela época, já se apropriaram das terras litorâneas como se donos fossem.

Para Moreira (apud STÉDILE, 2007, p. 1),

[...] a luta pela reforma agrária é uma questão histórica no Brasil. [...] O problema agrário no país se iniciou com a colonização portuguesa e perdura até os dias atuais. A posse da terra que era dos povos indígenas, com a chegada dos portugueses foi negada, passando a ser pertencente a Coroa, ao Rei.

Foi com esse enredo que o Brasil foi construído, sempre sendo concentrado nas mãos de poucos, e esses poucos sempre sendo os exploradores dos outros povos, como acontece ainda nos dias de hoje com os povos do campo, que estão sem o campo, apertados entre as fazendas, morando em corredores e cercados pelas cercas do latifúndio, dos exploradores, dos opressores, do capital perverso. A questão agrária é gritante. Segundo Martins (1997, p. 12),

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

É evidente que a má distribuição de terras foi uma estratégia para acumular capital e poder, mantendo os despossuídos, vulneráveis a mercê dos grandes latifundiários, sem ter a terra para trabalhar. Dessa forma, cresce o número de empobrecidos e a quantidade enorme de pessoas nessa situação faz com que tudo fique mais fácil de ser explorado e manipulado, de modo que o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho nas terras alheias. Conforme Martins (1997, p. 17-18):

O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder.

O capital, representado pelos latifundiários, usou do artifício de deixar o povo sem terra para controlar a existência do povo. Sem terra, natureza para reprodução da vida, o povo acaba por se tornar mão de obra barata; e assim eles já pensavam desde a fundação do nosso país. Durante a Ditadura Militar (Golpe Militar), temendo as tensões populares em torno da questão agrária, criou-se o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro 1964), que considera a reforma agrária da seguinte forma: “o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

O Estado Brasileiro, através dos Militares, reforçou a conduta histórica dos latifundiários, de atacar o povo na estrutura da reprodução da vida, porque sem terra não se tem trabalho consciente. A única saída que se encontra é virar mão de obra do sistema. O sistema, sabendo disso, não perdoa e ataca de forma brutal no seio da vida, e para justificar as ações, usam-se todos os tipos de argumentos, como relata Oliveira (2001, p. 28), que traz o objetivo dos Militares com o Estatuto da Terra, que era “promover justiça social sem o toque

vermelho dos partidos comunistas”. Utilizando-se do mesmo discurso de sempre, ideológico, que apesar da separação entre as décadas, não se distancia dos discursos atuais, visa-se à desmobilização da população e o seu enfraquecimento, conforme destaca Martins (1983, p. 93) sobre os reais propósitos da referida Lei:

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.

Ou seja, o real motivo é usar esse instrumento para atender a uma demanda popular de forma paliativa, sabotando as mobilizações e a organização popular para distanciar a possibilidade de existir uma reforma agrária plena. Porém o povo se juntou, e muitas foram as lutas pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Os movimentos sociais levantaram e ainda levantam a bandeira, como o Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Terras – MST, e muitos assentamentos da reforma agrária já foram criados, atendendo a realização da reforma agrária, mesmo que de forma parcial – o pode ser considerado algo muito positivo, de acordo com Martins (2000, p. 102), que pontua o seguinte:

Ora, assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma Agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade.

Muito ainda precisa ser feito, pois, esperar pela resposta verticalizada não condiz com a história das conquistas populares. Muitos outros assentamentos precisam ser criados, mas apesar dessas demandas ainda existentes, é preciso considerar todas as conquistas para valorizar, inclusive, a luta. À luz dos estudos de Martins (2000, p. 105), vale considerar:

[...] qualquer que seja o número de famílias assentadas ou cuja posse de terra foi regularizada, que ultrapasse o número de acampados, representa um ganho histórico na luta pela reforma agrária, pois representa inclusão de pessoas no âmbito do direito e do contrato social, inclusão de excluídos.

As décadas de lutas pela terra e pela reforma agrária possuem um saldo de mortes, injustiças, conquistas e avanços, alguns momentos de estagnação, mas muitas vidas foram transformadas, sobretudo, com a Educação na Reforma Agrária. Contudo a permanência na terra tem sido dificultada, porque é necessário mais do que a terra; é preciso fortalecer as formas de permanência na terra existente e subsidiar outras através da produção, comercialização e Educação do Campo e formação de base permanente. Este último ponto precisa ser reorganizado pelos movimentos sociais, que muito fizeram, fazem e farão. Mas

está mais do que provado que, ao conseguir a terra e esfriar a formação de base, os/as trabalhadores/as, que também são um território em disputa, serão cooptados/as pelas manobras do sistema alienador que divide para enfraquecer, que criminaliza os movimentos sociais para descredibilizar.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo que está sendo construída aqui no Brasil tem um enorme desafio, que é superar o histórico de descaso existente para com a população do campo por parte do Estado Brasileiro. Descaso esse que se materializa na ideia de que o campo é inferior e só pode ser representado pela imagem caricaturista do “jeca tatu”. Para além disso, existe outro desafio, que é o da dualidade do que realmente é a Educação do Campo, porque, para muitos, ter uma escola no campo é Educação do Campo, ou se estão cuidando de uma horta, estão tratando da Educação do Campo. O que se tem buscado é a defesa do campo vivo, com identidade, pertencimento e dignidade. Este campo está em disputa pelos projetos de sociedade, estando de um lado o capital, que reverbera que o campo é espaço de produção em grande escala, sem respeitar a vida ao seu redor.

A Educação do Campo é pensada para além da realidade da sala de aula, ocupando um espaço de não neutralidade, utilizando a realidade das pessoas como ponto de análise, provocando movimentos diversos, seja no campo da denúncia das injustiças, da resistência ou dos enfrentamentos. Quando as pessoas pensam sobre si, começam a perceber as mazelas que lhes são impostas como normalidades. Uma comunidade sem terra, quando tem acesso a uma educação que trabalhe a questão agrária, vai começar a entender o motivo de ser pobre e o porquê de possuir, na maioria das vezes, somente um quintal que não comporta nem criar galinhas.

Sem a articulação dos movimentos sociais do campo, a Educação do Campo não teria avançado e nem trilhado o caminho que historicamente trilhou na sociedade brasileira, com destaque para os movimentos sociais que defendem a educação de forma direta e estão intrinsecamente relacionados às temáticas que são debatidas dentro das escolas, são elas: o meio ambiente, Agroecologia, qualidade de vida, etnia, paz, direitos humanos, direitos culturais, convivência produtiva e agroecológica com o semiárido, a luta pelo respeito à diversidade, respeito às religiões, relações de gênero e diversos outros temas de igual relevância.

Um dos movimentos que contribuiu para que pudéssemos chegar ao que hoje entendemos por Educação do Campo foi o movimento da Pedagogia da Alternância, representado aqui no Brasil pelas Escolas Família Agrícola e pelos Centros de Formação por Alternância. Esse movimento foi criado na década de 1930 na França, e chegou aqui no Brasil na década de 1960; daí se espalhou pelo país.

Desde então, as EFAs estão no país e seguem contribuindo com a Educação do Campo. No Estado da Bahia existem 32 unidades, e deste quantitativo, trinta estão atuando em parceria através das duas redes das Escolas Família Agrícola existentes na Bahia, que são a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), com dezessete EFAs, e a Rede das Escolas Família Agrícola Integradas do Semiárido (REFAISA), com treze EFAs. Das treze que estão associadas a REFAISA, uma é do estado de Pernambuco, que possui apenas uma EFA, e as três EFAs da Bahia que não estão ligadas a nenhuma das duas redes são: Andaraí – BA; Itaetê – BA e Boa Vista do Tupim – BA.

Quadro 1 - Escolas Família Agrícola na Bahia – 2021

Nº	MUNICÍPIOS	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	NRE	UNIDADE ESCOLAR	MODALIDADE DE ENSINO
1	Brotas de Macaúbas	Velho Chico	2	EFA Regional	Médio Profissional
2	Riacho de Santana	Velho Chico	2	EFA de Riacho de Santana – ABEPARS	Médio Profissional
3	Riacho de Santana	Velho Chico	2	EFA de Riacho de Santana – ETFAB	Médio Profissional
4	Paratinga	Velho Chico	2	EFA do Sertão do São Francisco	Médio Profissional
5	Seabra	Chapada Diamantina	3	EFA do Território da Chapada	Fundamental II e Médio Profissional
6	Andaraí	Chapada Diamantina	3	EFA de Andaraí	Fundamental II
7	Itaetê	Chapada Diamantina	3	EFA de Itaetê	Fundamental II
8	Itiúba	Sisal	4	EFA de Itiúba	Fundamental II e Médio Profissional
9	Monte Santo	Sisal	4	EFA do Sertão	Fundamental II e Médio Profissional
10	Valente	Sisal	4	EFA Avani de Lima Cunha	Fundamental II
11	Sobradinho	Sertão do São Francisco	10	EFA de Sobradinho	Fundamental II e Médio Profissional
12	Angical	Bacia do Rio Grande	11	EFA José Nunes da Mata	Médio Profissional
13	Boquira	Bacia do Paramirim	12	EFA de Boquira	Fundamental II e Médio Profissional
14	Botuporã	Bacia do Paramirim	12	EFA de Botuporã	Fundamental II e Médio Profissional
15	Tanque Novo	Bacia do Paramirim	12	EFA de Tanque Novo	Fundamental II

16	Macaúbas	Bacia do Paramirim	12	EFA de Macaúbas	Médio Profissional
17	Paramirim	Bacia do Paramirim	12	EFA de Paramirim	Fundamental II e Médio Profissional
18	Caculé	Sertão Produtivo	13	EFA de Caculé	Médio Profissional
19	Rui Barbosa	Piemonte do Paraguaçu	14	EFA Mãe Jovina	Médio Profissional
20	Boa Vista do Tupim	Piemonte do Paraguaçu	14	EFA de Boa Vista do Tupim	Fundamental II
21	Mundo Novo	Piemonte do Paraguaçu	14	EFA Divina Pastora	Médio
22	Quixabeira/Jaboticaba	Bacia do Jacuípe	15	EFA de Jaboticaba	Fundamental II e Médio Profissional
23	Ribeira do Pombal	Semiárido Nordeste II	17	EFA de Ribeira do Pombal	Fundamental II
24	Inhambupe	Litoral Norte e Agreste Baiano	18	EFA da Região de Alagoinhas	Médio Profissional
25	Rio Real	Litoral Norte e Agreste Baiano	18	EFA do Litoral Norte	Médio Profissional
26	Irará	Portal do Sertão	19	EFA dos Municípios Integrados da Região de Irará	Médio Profissional
27	Anagé	Vitória da Conquista	20	EFA de Anagé	Fundamental II
28	Licínio de Almeida	Vitória da Conquista	20	EFA de Licínio de Almeida	Fundamental II
29	Santana	Bacia do Rio Corrente	23	EFA Pe. Artur Birk	Médio Profissional
30	Brejolândia /Tabocas	Bacia do Rio Corrente	23	EFA Padre Luis Linter	Fundamental II
31	Correntina	Bacia do Rio Corrente	23	EFA de Correntina	Médio Profissional
32	Antonio Gonçalves	Piemonte Norte do Itapicuru	25	EFA de Antonio Gonçalves	Fundamental II

Fonte: REFAISA (2020).

No Território de Identidade do Sisal existem três EFAs: uma na cidade de Valente, uma em Monte Santo e outra em Itiúba.

As EFAs nesses 50 anos de atuação no país buscam propagar a educação libertadora que Paulo Freire disseminava, com aulas práticas e teóricas e diversos instrumentos pedagógicos que aproximam os conteúdos educacionais da realidade dos/as jovens e adultos/as. Isso busca tensionar uma perspectiva posta no sistema educacional brasileiro, pautado em uma educação descontextualizada que, na maioria das vezes, tem um projeto que não representa a cultura e a realidade dos/as educandos/as, das comunidades e dos povoados. Por isso, é importante construir um currículo que respeite as características da realidade social dos/as educandos/as, uma vez que currículos desconexos têm sido um dos grandes problemas. Assim, é necessário pensar que:

O currículo das escolas localizadas no Semiárido Brasileiro se apresenta desvinculado da vida dos sujeitos ignorando os saberes aí produzidos no cotidiano

de homens e mulheres na produção da sua existência, a cultura, o modo ou modos de viver e conviver com as condições climáticas, os enfrentamentos desse fenômeno com o qual aprendem a conviver criando e/ou redescobrimdo formas alternativas de produção da vida [...]. Encerradas no seu Projeto Pedagógico (que muitos (as) nem sabem do que se trata) e em muito alienígena ao Semiárido Brasileiro, as escolas deixam de realizar a sua função social pertinente aos povos do Semiárido, negando às crianças o direito de compreender o universo do qual fazem parte e, dessa forma, poderem ser capazes de estar no mundo e com o mundo, como ensina Paulo Freire, construindo possibilidades de cidadania. Os livros didáticos adotados contribuem de maneira significativa nesse processo de alheamento. Geralmente produzidos na região Sudeste do Brasil veiculam imagens e narrativas que, além de centradas em outra realidade, muitas vezes reforçam o estereótipo de Semiárido e de Nordeste de miséria, de impossibilidades, ignorando as especificidades quase sempre transformadas em necessidades, e as inúmeras possibilidades que o Semiárido comporta (BUENO; SILVA, 2008, p. 74).

Quando o currículo não condiz com a vida do/a jovem, ele/a começa a perder a sua identidade e começa a valorizar somente o que os livros trazem. Desta forma, os/as educandos/as aprendem mais sobre os outros estados do que sobre seu território, sua cultura, modos de produção e a realidade que o cerca, chegando até a acreditar que o único caminho é migrar para as grandes cidades. O sistema de ensino vigente da educação brasileira tem proporcionado a descaracterização da população camponesa, justamente porque o Estado historicamente tem se pautado em normas internacionais que não condizem com a realidade do povo. Esperar somente dessa esfera governamental poderá ser inviável, como já alertava Paulo Freire (1984, p. 89), ao analisar que: “seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica”. Com base nestas proposições, surge o espaço da Educação do Campo, com os sujeitos e para os sujeitos, criando a sua emancipação do pensamento. Assim, o respeito aos saberes de todos/as os/as envolvidos/as no processo educativo é primordial, partindo do princípio do diálogo horizontal, onde o/a educador/a pode ensinar e também aprende com o/a seu educando/a, e não verticalmente, onde o/a educador/a só deposita o conhecimento.

No sistema em que vivemos estamos sempre rodeados pelas correntes do capital, e pensar a emancipação é ir contra a opressão e a dominação, buscando trilhar um caminho oposto junto dos/as sujeitos/as que possibilite o entendimento de que existem outras formas de viver, se relacionar, produzir e estar no mundo. Isso passa pelo resgate do conhecimento tradicional e das relações justas, e a educação que busca respeitar a realidade concreta dos/as sujeitos cria o elo para essa nova descoberta. “O ato de conhecer, de aprender, exige do homem uma postura impaciente, inquieta, indócil. Uma busca que, por ser busca, não pode conciliar-se com a atitude estática de que simplesmente se comporta como depósito do saber” (FREIRE, 1975, p. 46).

As EFAs, para além dos conteúdos contextualizados e dos seus instrumentos pedagógicos que possibilitam uma leitura da realidade, se pautam na gestão compartilhada, inserindo as famílias e as comunidades em todo o processo. Cada EFA tem como mantenedora uma associação formada pelos/as pais e mães dos/as jovens educandos/as, formando sujeitos no mundo, na vida, com base no cotidiano.

A Educação do Campo tem como princípio a transformação social, empenhada com a estimulação da criticidade, luta por meio da sensibilização através de reflexões contextualizadas com e sobre a realidade concreta em que vivem os/as diferentes atores/as que estão inseridos/as neste processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, inseridos/as nestas relações de desigualdade permeadas pela opressão e exploração para que estes/as, tendo consciência de suas condições, comecem o processo de busca da transformação das suas realidades, que muitas vezes é tida como algo imutável; porém, ela não o é, como relata Freire (2001, p. 169):

Nenhuma realidade é porque tem que ser. A realidade pode e deve ser mutável, deve ser transformável. Mas, para justificar os interesses que obstaculizam a mudança, é preciso dizer que “é assim mesmo”. O discurso da impossibilidade é, portanto, um discurso ideológico e reacionário. Para confrontar o discurso ideológico da impossibilidade de mudar, tem-se de fazer um discurso também ideológico de que tudo pode mudar. Eu não aceito, eu recuso completamente essa afirmação, profundamente pessimista, de que não é possível mudar.

A Educação do Campo busca a liberdade e, ao mesmo tempo, está em construção, sendo construída a cada dia, buscando romper com as dualidades do sistema convencional, acreditando no princípio de que os/as educadores/as não são donos/as dos saberes e que eles/as são mediadores/as que, ao ensinarem, também aprendem. Ainda, os/as educandos/as não são vistos como figuras receptoras de um saber que vem pronto e delimitado; eles/as também ensinam ao aprender, havendo a troca dos saberes – isso garante a autonomia e o direito de serem sujeitos/as responsáveis também pelo processo de aprendizagem e ensino.

Um dos objetivos da Educação do Campo é integrar a juventude do campo ao sistema produtivo, sua reprodução social e à manutenção de suas relações familiares. Consequentemente, esse método amplia a participação desta população juvenil na elevação da renda familiar, inibindo, ou reduzindo, o processo migratório no sentido campo-urbano.

As EFAs adotam o trabalho como princípio educativo, que visa proporcionar uma formação integral do/a jovem.

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas

necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p. 14).

A visão do trabalho, nesse sentido, deve ser ampla. Como relata Frigotto (2001), envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer e o mundo da liberdade, podendo provocar aprendizagens articuladas aos conhecimentos implícitos dos/as educandos/as e das diversas ciências.

O trabalho, quando utilizado nas escolas, pode ter dois vieses: um de formar cidadãos como mão de obra para o mercado, que vamos chamar de trabalho abstrato, sem reflexão, simplesmente para vender a sua força de trabalho; e outro que está vinculado ao princípio formativo, que vamos chamar de sentido ontológico do trabalho, que é aquele que busca dar sentido à reprodução material e social da vida, à relação do ser humano nas suas diversas dimensões e seu tratamento com a natureza. Por isso, é importante que a escola não separe educação e formação; os ambientes educativos que colocam a discussão do trabalho e educação em segundo plano acabam por fortalecer os processos de servidão ao capital.

Na obra *Ontologia do Ser Social* (1981), Lukács defende que o princípio educativo do trabalho está vinculado ao trabalho ontológico, que vai propiciar ao/a trabalhador/a a aproximação com a sua produção e reprodução da vida, com autonomia.

É somente considerando o trabalho no seu sentido ontológico – na sua forma originária, como órgão de intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza – que poderemos realçar aquelas categorias que nascem de um modo ontologicamente necessário daquela forma originária e que por isso fazem do trabalho o modelo da práxis social em geral (LUKÁCS, 1981, p. 36).

O trabalho trazido por Lukács vai além da escola. Em especial nas Escolas Família Agrícola, ele está vinculado aos momentos educativos que podem ser potencializados através da pedagogia da alternância, possibilitando aprofundar a categoria trabalho, tendo a relação com a terra, com as comunidades e os grupos de pessoas – o que é primordial para essa formação.

Para Frigotto (1984), as escolas são os espaços de reprodução das lógicas que fortalecem os projetos que estão em disputa, porém, o projeto que vai ser fortalecido vai depender do poder que os/as trabalhadores/as conseguem exercer nessas escolas.

O acesso ao saber social elaborado e sistematizado se dá predominantemente na escola. A escola serve ao capital tanto por negar aos trabalhadores o acesso ao saber historicamente acumulado como por ignorar ou negar o saber social produzido coletivamente pela classe trabalhadora no trabalho e na vida. A prática educativa escolar, por determinação histórica, realiza-se nas relações de classe e é uma prática

contraditória, mediadora de relações antagônicas. Pela condição de hegemonia do capital, está articulada aos seus interesses, mas pode ser articulada aos da classe trabalhadora, na medida em que esta avança em sua organização e seus movimentos coletivos (FRIGOTTO, 1984, p. 29).

Um exemplo disso é que a maioria das escolas que estão no campo e na cidade busca formar o/a jovem para vencer na vida, considerando isto como vender a sua mão de obra para o capital e ainda estar alienado. Em contrapartida a isso, como citou Frigotto, existem escolas que pautam o trabalho como princípio educativo, mas estas estão praticamente sendo gestadas pelos movimentos sociais ou por pessoas oriundas deles, como as Escolas Família Agrícola e as Escolas do Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Terra (MST). Existe a disputa até dos termos, como é o caso do/a camponês, que busca o seu trabalho na relação com a natureza para reprodução da vida, e o caso ditado pelo Banco Mundial, que criou a categoria Agricultor Familiar para tentar colocar em cheque a Educação do Campo e o Trabalho como princípio educativo, tentando ditar categorias para se apropriar. Mas a Educação do Campo nasceu em prol do/a trabalhador/a, em prol dos povos do campo.

No caso da Educação do Campo, manter a contradição instalada significa continuar sua trajetória sendo fiel ao seu percurso original de vínculo com os “pobres do campo” e com suas organizações e lutas sociais. Porque é desses sujeitos (que hoje “lutam pra deixar de morrer”) que estão nascendo/podem nascer experiências, alternativas, que recolocam a perspectiva de construção social dominante, hegemônica e recolocam a perspectiva de construção social para “além do capital”. É disso que se trata na questão da resistência política, econômica e cultural do campesinato, de outra lógica de trabalho no campo que não o assalariamento, que não a agricultura do negócio. É disso também que se trata na questão da Agroecologia vinculada à justiça social e à soberania alimentar, da cooperação entre os trabalhadores, de projetos educacionais que se vinculam a esses processos (CALDART, 2008, p. 76).

É preciso que nos processos educativos seja dado o devido valor ao campesinato, para além das amarras do capital, tendo a Agroecologia como um novo projeto de sociedade.

2.3 AGROECOLOGIA

Muitas são as definições existentes para dizer o que seria a Agroecologia. Consideramos que ela é uma possibilidade de vida no campo que visa o equilíbrio entre a natureza e a sociedade.

Por muito tempo a natureza local determinava as ações geradoras de renda das famílias no campo. Com o passar do tempo, a centralização da terra tem impossibilitado que as pessoas possam ter uma boa relação com a natureza, chegando a criar a ideia de separação, como se fôssemos seres à parte da natureza, independentes dela. Quanto mais nos afastamos

da terra, da natureza, das práticas agroecológicas produtivas e sociais, nos afastamos também da nossa humanidade solidária, e a sociedade vai caminhando para o consumismo desenfreado dos recursos naturais, explorando, cada vez mais, as relações de trabalho.

A Agroecologia representa a relação que os seres vivos precisam para conviver nos agroecossistemas e a relação entre sociedade e natureza, respeitando o princípio da vida. Pensar a superação do modelo de desenvolvimento reprodutivo das diversas formas de opressões no campo significa dar foco à Agroecologia na construção de processos sociais emancipatórios dos/as sujeitos/as do campo.

A Agroecologia é compreendida aqui para além da dimensão produtiva, pois, enquanto modo de viver, produzir e pensar contra-hegemônico, constitui-se verdadeiramente como processo social. Por isso mesmo, está intrinsecamente relacionada ao fazer pedagógico e ao Trabalho como princípio educativo, pois, a partir dos processos educativos tendo os princípios agroecológicos como base, é que se impulsiona a emancipação dos/as jovens e suas famílias. Contudo faz-se necessário romper e superar o modelo de desenvolvimento do campo centrado na modernização conservadora e nas heranças e desdobramentos da Revolução Verde. Para Sevilla Guzmán e González de Molina (1996):

[...] A Agroecologia constitui um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para, através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, a dimensão local é vista como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Portanto, a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que prima por um enfoque holístico e por uma abordagem sistêmica. Ainda, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência, sendo também pedagógica.

Nesse caminho, a ecologia de saberes e a valorização dos processos de produção e aquisição de conhecimentos que não estejam separados entre academia e o restante da comunidade em geral, nos são apresentados como possibilidade diante das crises do capitalismo, conforme problematiza Boaventura de Sousa Santos (2007). Estas dimensões tencionam a pensar a vida, a natureza, a soberania alimentar, a produção, o trabalho e a

economia a partir de outras bases referenciais, calcadas na dialogicidade, na diversidade, no envolvimento, na solidariedade e na construção coletiva.

Nesse caminho, uma ferramenta primordial para a propagação da Agroecologia são os intercâmbios. Os/as camponeses/as possuem maior facilidade em confiar em outros/as camponeses/as, ao verem suas experiências exitosas, do que confiar nos discursos acadêmicos; e é isso que todos/as nós precisamos aprender. Não basta falar; é preciso fazer na prática. É no campo da experimentação que a mudança concreta acontece. Quando as experiências cotidianas se encontram, proporcionam um fortalecimento para a prática dos/as agricultores/as e para o modo de ver a vida.

Existem outras formas de fazer a educação para o povo, que não estão comportadas nos “arames das cercas” do latifúndio do sistema educacional brasileiro. É preciso levar a Agroecologia para dentro das escolas. Uma vez nas escolas, importa levá-la aos territórios, porque a disputa ultrapassa os conteúdos didáticos. A disputa é territorial, é midiática, é cultural; o sistema é massificador. Partindo para além da sala de aula, é possível visualizar essas questões que irão nortear as discussões com os povos que habitam naquele campo, como é o caso da questão agrária, e criar redes de fortalecimento da agroecologia, de novas ações que vão contra as práticas da Revolução Verde, para fortalecer o Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que está fundamentado em dois pilares centrais: viver e produzir no campo.

O Plano Camponês tem dois pilares fundamentais: 1) condições para viver bem no campo (educação camponesa, moradia digna, espaços de esporte, lazer e cultura, saúde, vida em comunidade etc.); 2) condições para produzir comida saudável, respeitando a natureza, e para alimentar o povo trabalhador (crédito, assistência técnica, mecanização camponesa, sementes crioulas, comercialização, seguro agrícola, apoio para agroindústrias etc.) (GÖRGEN, 2012, p. 495).

Ainda, o Programa Agrário do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) indica que:

III. Fundamentos de nosso Programa de Reforma Agrária popular. Nosso programa agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. Para tanto, propomos os seguintes objetivos:

1. Terra. A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. Para isso devemos lutar para: a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia. b) Impedir a concentração da propriedade privada; c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra; d) Eliminar o latifúndio; e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra; f) Assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas

estrangeiras. g) Demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais.

2. Bens da natureza. A água e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada. a) Assegurar e preservar as águas e florestas como um bem público, acessível a todos/as; b) Combater o desmatamento e o comércio clandestino e ilegal das madeireiras; c) Reflorestar as áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental.

3. Sementes. As sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não pode haver sobre elas propriedade privada ou qualquer tipo de controle econômico: a) Preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas, sejam tradicionais ou melhoradas, de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais, para que todo campesinato possa usá-las b) Defender a soberania nacional sobre produção e multiplicação de todas sementes e mudas... (MST, 2013).

A Casa Pedagógica de Sementes Crioulas da EFA de Itiúba é um instrumento prático do debate e impulsionamento do Plano Camponês e do Programa Agrário, tendo como eixo gerador as Sementes Crioulas. Os povos do campo enfrentam uma luta antiga, que é a luta da resistência à dependência do sistema capitalista agrário, que concentra as terras, as sementes e dita a forma e produção, promovendo uma relação de mercadoria com a natureza, visando somente o lucro, sem se importar com o bem comum e com a qualidade da alimentação da população, separando o ato de produzir do ato de consumir. É preciso buscar uma aproximação com a natureza, equilíbrio na produção e reprodução da vida. Nesse sentido, a Conferência Mundial de Soberania Alimentar realizada em Mali – Nyéléni (2007) traz a seguinte reflexão:

A soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses, e as inclui, para as gerações futuras. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantlar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual e para processar os sistemas alimentares, agrícolas, pecuários e de pesca para que sejam gerenciados pelos produtores e produtoras locais. A soberania alimentar dá prioridade para as economias locais e aos mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional. Coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e gestão de nossa terra, de nossos territórios, de nossas águas, de nossas sementes, de nosso gado e da biodiversidade nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e desigualdades entre os homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.

Como observamos, a soberania alimentar foi muito bem descrita na citação acima. É preciso ampliar as frentes das lutas em prol dessa bandeira de liberdade para o povo do campo, e conseqüentemente da cidade. De acordo com Vankrunkelsven (2006, p. 1):

Soberania alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades.

O projeto de sociedade do capital, encabeçado pelo agronegócio e implementado pela Revolução Verde no Brasil, não respeita a vida humana nem a natureza, pois quer a todo custo ter o povo camponês como refém. Além disso, não alimenta a nação e mira na exportação. Segundo Vandana Shiva (2013):

O comércio globalizado em torno da agricultura parou de vender alimentos, e começou a se concentrar nas mercadorias (commodities). O pressuposto é que essas commodities vão de alguma forma misteriosa alimentar as pessoas, mas elas misteriosamente desaparecem dentro dos tanques de carros, e misteriosamente desaparecem em propriedades mecanizadas. Noventa por cento das commodities, particularmente milho e soja, não fazem parte do sistema alimentar, e mesmo se elas tivessem, não valeria a pena comê-las, porque ou elas estão carregadas de químicos, ou geneticamente modificadas, são nutricionalmente vazias.

Ao produzir mercadoria para exportação, o agronegócio entra em contradição mais uma vez, porque este mesmo sistema, autointitulado como salvador da pátria, com dados amplamente divulgados sobre suas enormes produções de monoculturas, na realidade não produz comida para alimentar esta nação empobrecida. Este sistema que o agronegócio representa não tem compromisso com a realidade social do país e segue vendendo a ilusão da superprodução, apropriando-se da biodiversidade e fazendo dela mercadoria, conforme contribui o pensamento de Hacon e Quintana (2011, p. 431):

As expropriações primárias hoje somam-se à exploração e mercantilização da biodiversidade; privatização direta e indireta de recursos outrora abundantes para a exploração e consumo, como a água ou o ar, por meio da privatização de aquíferos e venda de créditos de carbono; patenteamento de processos e técnicas diversas aprendidas e transmitidas através de gerações por populações tradicionais e indígenas, assim como de materiais genéticos resultantes da domesticação milenar de plantas e sementes; dentre outras múltiplas formas de incorporação da natureza a partir do seu valor econômico.

Ao transformar os bens naturais em mercadoria, o capital realiza um desserviço à vida e aos saberes tradicionais, propagando o esquecimento da ancestralidade do povo.

Um das estratégias que o capital tem utilizado é atacando diretamente as sementes

crioulas, implantando as suas sementes mercantilizadas que, justamente por serem modificadas, não possuem sua completude como as da natureza. Sempre necessitando de outros produtos para manter a produção, cria-se um ciclo de dependência do agricultor com a empresa de sementes industriais, ou seja, é o pacote tecnológico da Revolução Verde. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2006, p. 87) destaca que:

Com o monopólio das sementes (e do novo modo de produção do conhecimento a ele associado) a produção tende a se dissociar da reprodução e, assim, a segurança alimentar perseguida por cada agrupamento humano durante todo processo de hominização passa a depender de algumas poucas corporações que passam a deter uma posição privilegiada nas relações sociais e de poder que se configuram.

Assim, configura-se o monopólio do capital sobre a vida no campo e suas decisões, gerando fome e miséria por todo campo brasileiro.

Em contrapartida ao projeto do capital, existem diversas iniciativas populares de “re-existência” (resistir para existir) defendendo o projeto de sociedade que tem o respeito à vida e à natureza como princípio fundamental. Nesse sentido, existe uma luta em defesa das sementes crioulas travada por diversas comunidades, homens e mulheres servindo à humanidade através das suas ações como guardiões/guardiãs dessas sementes da vida. Nessa perspectiva, Vandana Shiva (2005, p. 76) destaca que:

A semente é o primeiro elo da cadeia alimentar e incorpora milênios de evolução e milhares de anos de melhoramento realizado por agricultores, bem como a cultura de guardar e compartilhar livremente os materiais genéticos. É a expressão da inteligência da terra e da inteligência de comunidades agrícolas ao longo dos séculos.

As sementes crioulas representam o histórico sociocultural dos povos e carregam consigo a diversidade da vida. Perdê-las será um dano irreparável contra a humanidade, haja vista que a diversidade das sementes crioulas equilibra a produtividade, a convivência nas comunidades e a troca de saberes e sabores. O acúmulo milenar dos conhecimentos em prol das sementes crioulas faz com que as diversas comunidades formem suas reservas de biodiversidade adaptadas às mais diversas regiões, protegendo, assim, essa diversidade da vida. Dessa forma, Porto-Gonçalves (2006, p. 211) analisa que:

Um dos maiores patrimônios de que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca, e à umidade, a altitudes mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas.

As relações das culturas locais com a biodiversidade cultivada geram uma conexão que vai além da produtividade. As sementes crioulas trazem consigo as digitais históricas das vidas das pessoas que as guardaram, trocaram e multiplicaram, e isso vai sendo passado de geração em geração, fazendo com que os sentimentos de pertencimento e a identidade resistam ao tempo.

Quando o entendimento em torno deste processo é alcançado coletivamente, existem mais chances de a defesa da agroecológica/modo de vida crescer e alcançar outras pessoas que poderão se movimentar também nos seus territórios, buscando novas práticas produtivas. Nesse sentido, as relações sociais justas devem ser compartilhadas para que outros/as sujeitos possam reproduzi-las também.

2.4 JUVENTUDES DO CAMPO

Ao falar em Juventude é preciso compreender a dimensão diversa da categoria juventude. Durante a nossa vida, dividimos as categorias geracionais pelas faixas etárias, conforme as seguintes definições. No século XIX já existiam estudos que caracterizavam uma Idade Juvenil, conforme destaca Flitner (1967), entre os 15 e 17 anos, fazendo referência à pós-adolescência, delimitando a pré-chegada da fase adulta.

A faixa etária, como classificação para definir o jovem, fica ainda mais evidente nos anos 60, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) adotaram a faixa etária de 15 a 24 anos, observando o ingresso no mundo do trabalho e a conclusão dos estudos – uma percepção que foi endossada em 1964, na Conferência Internacional sobre Juventude.

Essa forma de destacar ou classificar os jovens pela idade possibilita uma quantificação de dados nas pesquisas que subsidiam, por exemplo, a formulação de políticas públicas.

Temos como recorte atual para definir a faixa etária da Juventude o período entre 15 e 29 anos, inclusive, é a faixa etária aceita pelos poderes públicos.

Castro (2010) destaca que é preciso observar e interrogar a simplificação da juventude delimitada a um período de idade.

Durantes os anos 80 e 90 houve um avanço no sentido de sobressaída em relação à delimitação do que é a juventude e como ela se caracteriza. Como destaca Novaes (1998), é preciso pensar a diversidade e as especificidades dessas Juventudes. Essa abordagem da diversidade desse público jovem colabora com um olhar amplo e que inclui a juventude para

além da classificação atuante, ou não, na parte laborativa. Como pontua Castro (2010), importa olhar a juventude para além dos limites etários, observando seu caráter de construção social.

Existe também um olhar para a juventude como um grupo responsável por alguma transformação. Por outro lado, este também é caracterizado, por vezes, como um grupo que possui relação com um problema da sociedade, como é a ideia que dá o termo “delinquência juvenil”, correlacionado aos atos infracionais ao ser jovem.

Outra perspectiva relacionada à juventude é delimitá-la ao processo de transição para a fase adulta, formando uma pressão social sobre os jovens.

Infelizmente, o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi em 2010, e não temos os dados atualizados, mas tendo como base esse último Censo, a população jovem morando nas áreas rurais era de cerca de 8 milhões.

Mas quem são os jovens Campo? Amaral *et al.* (2007, p. 206) analisam que “definir a faixa de idade não é suficiente para definir o jovem. É preciso que o próprio jovem se defina como tal”. Nesse sentido, é trazida a ideia de que entender-se jovem vai além das classificações etárias citadas anteriormente, sobretudo quando essa população está situada no meio rural. É importante que o jovem consiga se identificar como jovem.

Através das pesquisas já realizadas, percebe-se que, embora os autores não estejam muito convictos quanto à aplicação da categoria juventude para explicar os jovens rurais, parece haver consenso de que existem diversas e diferentes formas de ser e de se manifestar como jovem na contemporaneidade. A concepção de juventude entendida como uma categoria analítica, fundada em bases etárias homogêneas, deixa de ser o fundamento explicativo. As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência (AMARAL *et al.*, 2007, p. 218).

Caracterizar a juventude não é algo fácil. É preciso considerar as suas múltiplas realidades existenciais, momentos de decisões importantíssimas que geram pressões sociais. Muitas são as perguntas nessa fase. É uma realidade complexa. Para onde seguir? Com quem contar? Quais passos posso dar?

Novamente chamamos a atenção para a complexidade do processo juvenil no qual as maturidades físicas, sexuais, intelectuais, civis e profissionais não necessariamente coincidem. Destaca-se que, nesta fase, as potencialidades humanas encontram-se plenamente desenvolvidas. O indivíduo, como um ser social, passa a ser mais reflexivo do que em etapas anteriores, sua concepção de mundo e sua própria identidade vão se consolidando, e suas projeções em direção ao futuro tornam-se mais realistas. Neste processo, a afirmação social de sua individualidade é vivenciada na busca de autonomia por meio da progressiva inserção no trabalho,

passando a incorporar novas responsabilidades no âmbito jurídico, familiar e social (WEISHEIMER, 2009, p. 55).

A situação social do jovem é repleta de ciclos, tentativas, erros e tentativas novamente. É um momento de aprendizado. Diante de tantas incertezas futuras, planejamentos pessoais e profissionais, surgem desafios imensos, ainda mais levando em consideração as realidades concretas dos jovens e suas especificidades locais, nos diversos âmbitos, sejam econômicos ou sociais, e ainda tendo em conta o fator exclusão social.

Todo esse cenário apresentado não poderia resultar em outra coisa, senão na diversidade que a juventude representa, sendo constantemente objeto de pesquisa das Ciências Sociais, conforme Weisheimer explica: “no caso objetivo das ciências sociais a juventude deve ser compreendida como uma categoria relacional entre as características inerentes e manifestas pelos jovens.”

A juventude tem sido objeto recorrente das Ciências Sociais, que a percebe como uma construção social, cultural e histórica dinâmica sobre a qual se impõem diferentes mecanismos de integração social, superando as abordagens pautadas por uma natureza biológica. Ou seja, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou faixa etária. O fundamental, para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a princípios naturais. É antes de tudo um signo da relação que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica, apresentando-se como um grande desafio teórico às Ciências Sociais (WEISHEIMER, 2007, p. 238).

Essa diversidade também chega à Juventude do Campo, que mesmo tendo suas especificidades, é repleta de distinções. Ser jovem do campo não é somente viver no campo e ter a faixa etária que as instituições públicas classificam como jovem; tem haver com a construção dessa identidade em si.

No caso de jovens rurais, temos questões que dizem respeito a estar nessa realidade, com esses múltiplos contextos e com a posição de hierarquia do campo frente à cidade. Isso explica a insistência em um tema que parece sempre o ponto de partida, o “tema problema”: a migração, a permanência ou a saída do campo, a circulação. [...] o que não é novo. Existem trabalhos desde o século XIX falando sobre a migração de jovens do campo para a cidade. Mais especificamente, os estudos do campesinato realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuíram muito para a discussão, ainda que jovem/ juventude não fosse a categoria-chave de análise (CASTRO, 2007, p. 131).

Ao se pensar a juventude do campo, surgem várias questões e especificidades relacionadas a ela, como é o caso da passagem para vida adulta, que geralmente ocorre quando o jovem constitui uma nova família e adquire sua propriedade, passando a trabalhar com sua companheira ou companheiro. Poucas são as vezes em que essa transição acontece

sem o matrimônio no campo. Os jovens estão expostos a essa tradição cultural familiar, que transita pela relação de trabalho no campo, sobretudo na agricultura familiar com essa divisão social das atividades, é uma condição comum para o jovem e a jovem quando não assalariados.

A especificidade sociológica dos jovens agricultores familiares deve-se a sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola que os difere de outros jovens do meio urbano, ou mesmo do meio rural, que não exercem esta atividade. Assim, as relações sociais que conferem sentido e especificidade aos jovens na agricultura familiar estão assentadas na posição ocupada por eles na divisão social do trabalho como agricultores familiares. Volta ao centro de análise a dimensão do trabalho como lócus da produção de valores materiais (produtos e serviços) e também simbólicos (ideias, representações e identidades sociais), uma vez que os jovens agricultores são membros de unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. Ou seja, o traço distintivo dos jovens agricultores familiares vem da sua participação no processo de trabalho familiar agrícola. (WEISHEIMER, 2007, p. 239).

O jovem do campo ocupa uma posição para além do estar no território rural, vivenciando-o, tendo relações de produção em sua unidade produtiva, que tem suas especificidades cotidianas, principalmente nas suas atividades de produção e manutenção da vida.

Não é fácil buscar uma definição para o jovem do campo. Podemos dizer que este ainda é um ser em construção. Conforme destaca Weisheimer (2005), a juventude rural é identificada de 14 maneiras diferentes nos estudos: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem-terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural. Neste trabalho, contudo, usam-se os termos: “juventude rural”, “jovens rurais” ou “jovens agricultores”.

Todas essas classificações, definições, podem nos apresentar essa categoria da juventude do campo, mas sem uma se sobrepor à outra, considerando-se sempre a realidade concreta em que essa juventude se encontra no campo, pois, esse campo também é diverso. De acordo com Wanderley (2007, p. 31), ao abordar a importância de pontuarmos essa diversidade e especificidade da juventude do campo: “[...] não cabe isolar, não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade, que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras”.

É histórico no nosso país o processo de desvalorização e hegemonização do campo, colocando-o num lugar de subalternidade. Tudo isso implica no processo de identidade da sua população. Por que um país continental em território busca desvalorizar o modo, a forma de viver no campo? Isso pode ser percebido na forma como os nossos órgãos definem a noção de

campo e rural. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), como analisa Wanderley (2007, p. 23), há três aspectos fundamentais: “o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive o acesso a ocupações não agrícolas”.

Trazendo o debate para a nossa região no Território do Sisal, Bahia, a maioria dos seus municípios possui mais de 50% da sua população vivendo no campo; inclusive há municípios com mais de 85% da sua população vivendo no campo, como é o caso do município de Monte Santo, ou seja, uma região em que o território do campo é maior que o urbano e a economia desses municípios dependem, em sua maioria, da produção da população do campo e suas relações de compra e venda. Essas características são nítidas, tal como destaca Wanderley (2007, p. 22), ocorrendo uma “particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento”, de modo que se “constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral das cidades”.

É preciso refletir sobre o que faz o jovem permanecer no campo. É preciso acreditar na juventude e cada vez mais no seu potencial, dando oportunidades de lideranças e de experimentação na sucessão familiar, como é o caso das Escolas Família Agrícola, que buscam através da educação contextualizada e do campo propor mais conhecimentos aos jovens e suas famílias, fortalecendo a identidade da juventude do campo.

As possibilidades seriam a busca de soluções para a recorrente necessidade da promoção de um mecanismo de planejamento e acompanhamento de uma política de sucessão na agricultura familiar, permitindo aos filhos e filhas a gestão adequada do patrimônio transferido por seus pais. Tal mecanismo dar-se-á, em parte, pela ação das EFA's somada às estratégias de políticas públicas para os jovens do campo: uma combinação de oportunidades de fazer com que o saber construído e aprimorado pelas EFA's, juntamente ao poder oferecido – em parte através do acesso às políticas públicas para a juventude camponesa, como o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) jovem, entre outros, constituam-se num fortalecimento das ações das EFAs e também das políticas públicas, cujos resultados esperados são a inserção e a sucessão na agricultura familiar (FREITAS; SANTOS, 2015, p. 181).

CAPÍTULO III

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITIÚBA - EFAI: EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DEFESA DA VIDA NO SERTÃO DA BAHIA

3.1 A ABELHA DOURADA: O MUNICÍPIO DE ITIÚBA – BAHIA

Abelha Dourada, ou melhor, Itiúba, que vem do significado no tupi “tu-yba – abelha dourada”, começou a sua história no povoado conhecido hoje como Serra de Itiúba, mas que antigamente era habitado pelos povos originários (índios) cariacás, e posteriormente recebeu os pioneiros que vinham de Alagoinhas, Inhambupe e Cachoeira. Este povoamento estava localizado na área da sesmaria¹ de Garcia D’Ávila, que posteriormente ficou conhecido como povoação de São Gonçalo do Amarante da Serra de Itiúba”, que foi anexada a Senhor do Bonfim da Tapera no ano de 1697.

Posteriormente, no ano de 1884, o arraial foi transferido administrativamente para o município de Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas (atual município de Queimadas no TI do Sisal). Esse primeiro povoamento da Serra de Itiúba fica no alto das serras, com altitude superior a 800m. Parece um pequeno povoado numa cidade do sul do Brasil. Diferente do restante do território, o povoamento mantém-se úmido, fato que até hoje favorece a grande produção de alimentos.

Apesar das “vantagens” climáticas, outro povoamento surgiu no ano de 1860 a partir da fazenda Salgada, que fica a seis quilômetros de distância, e que em 1982 recebeu o nome de povoado de Itiúba. Posteriormente recebeu as funções de cunho administrativo que foram transferidas do povoamento do São Gonçalo do Amarante da Serra de Itiúba. No ano de 1935, através do Decreto Estadual nº 9.322 de 18 de janeiro, o povoado é transformado em município, e atualmente integra o TI do Sisal.

Fazendo divisa na atualidade com os seguintes municípios: Cansanção, Senhor do Bonfim, Filadélfia, Ponto Novo, Andorinha, Queimadas e Monte Santo, o município de Itiúba está localizado no polígono das secas. Seu clima é o semiárido, possuindo um açude público que foi criado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Também

¹ A chamada Lei de Sesmarias de 1375 aplicada em Portugal e tinha como princípio uma política de reestruturação do sistema fundiário no país, fixando os trabalhadores à terra com o objetivo de estimular a produção. O modelo adotado em Portugal limitava o tempo de concessão da terra. Já no Brasil as sesmarias foram concedidas em caráter perpétuo, contrariando o texto régio que estabelecia que a doação fosse apenas vitalícia. Com relação à dimensão da sesmaria, a legislação nada estabelecia. Em geral, no Brasil tinham grandes dimensões.

possui uma Estação de Piscicultura, denominada Piscicultura Oceano Atlântico Linhares, que fica ao lado do Açude Público do Jacurici.

Figura 1 - Mapa do município de Itiúba-BA



Fonte: IBGE/SEI.

Itiúba é um município que pode ser considerado como camponês, se observarmos que mais de 70% da população é composta por moradores do campo, conforme dados abaixo com base no IBGE (2016).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, a população camponesa de Itiúba era quase três vezes maior que a urbana. Dos 36.113 habitantes, 18.317 são do sexo masculino e 17.796 do sexo feminino, havendo, assim, maior número de pessoas do sexo masculino.

Os principais geradores de emprego no município são: a Prefeitura, que por sua vez não comporta toda a demanda, o Comércio e a Agropecuária.

A maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Itiúba está diretamente ligada ao comércio e à prestação de serviços (prefeitura e outros); a Agropecuária (agricultura familiar, criação de animais de grande, médio e pequeno porte) aparece com um índice menor, apesar de 70% da população morando no campo.

Itiúba é marcada pela influência da construção do Açude Público do Jacurici, no povoado de Camandaroba sob o rio Jacurici. Foram muitos impactos sociais, culturais e ambientais causados pela obra. Apesar de a construção existir há vários anos, desde a década de 1960, as estatísticas mostram que a produção através dos canais de irrigação não tem produzido o suficiente para justificar a grandeza da obra, e quando há produção as famílias carentes não conseguem produzir por causa do alto custo nas produções de irrigações.

Por causa das dificuldades, tanto na área sequeira como na área irrigada, a produção

com a agricultura e com a criação de animais, principalmente de pequeno porte, se destaca.

Além da irrigação por causa do Açude da Camandaroba, da produção de sequeiro e criação de pequeno porte, destaca-se, também, a produção extrativista na região de serra, que possui uma tradição quase que secular trazida da produção orgânica e Agroecológica para as feiras livres da cidade através do transporte com burros e jumentos.

A questão da educação vem apresentando bons resultados, porém, o Instituto Brasileiro de Direito da Empresa (IBDE) ainda apresenta números fracos, segundo dados fornecidos pelo IBGE em 2019. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública, 2019) está em 4,6, e o IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública, 2019) com 3,5, sendo que possuem apenas 5.758 matrículas. O município possui uma população estimada de 36,140 habitantes, de acordo com o IBGE (2021). O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é 56,7%.

Esses percentuais mostram o espelho da realidade da população Itiubense em relação à situação socioeconômica. Além da má distribuição de renda, Itiúba conta também com um alto índice de trabalho infantil e violência no campo e na cidade.

Tendo mais de oito mil famílias cadastradas na base de dados do Cadastro Único, Itiúba é um município dependente dos empregos da prefeitura pois, infelizmente, as formas de geração de renda e autonomia ainda são poucas. Um dos caminhos é olhar e buscar um novo campo, haja vista que seu povo está vivendo nele, mas muitas vezes as iniciativas são somente urbanizadas.

3.2 ITIÚBA E A SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO CETA

Figura 2 - Símbolo do movimento CETA



Fonte: Movimento CETA (2021).

Em contrapartida às dificuldades, vale ressaltar um dado importantíssimo. Mesmo sendo um município de pequeno porte, Itiúba tem a luta pela Reforma Agrária no seu interior. Atualmente, conta com 05 Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, 02 relacionados às Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto e 01 acerca da Escola Família Agrícola (de Itiúba). Conquistas essas que foram frutos e/ou recebem o apoio do Movimento Estadual de Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas da Bahia (CETA), mas o que é o Movimento CETA?

O Movimento CETA é um movimento que tem na sua gênese a mobilização de entidades sociais e a articulação dos/as Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas da Bahia. Tudo começou no formato de uma Comissão, que era a “Comissão dos Assentados e Áreas de Conflitos da Bahia”, implantada em 1996, e já organizava a luta regional.

Com os grandes conflitos da década de 1990, incluindo o Massacre de Eldorado dos Carajás, e as diversas injustiças causadas no estado da Bahia, houve a necessidade de ampliar os trabalhos da Comissão de forma mais consolidada. Foi criada, então, a “Coordenação de Assentados e Acampados da Bahia”, que possuía a missão de representar as áreas e reivindicar suas pautas, mantendo-as informadas sobre as situações, a formação dos/as líderes das áreas, sendo de responsabilidade da Coordenação.

Ainda assim, a Coordenação somente não conseguia chegar em todas as demandas do referido estado, precisando de maior articulação, passando de Coordenação para Movimento Social.

No ano de 2002, é dado um passo a mais em relação ao firmamento do Movimento CETA, criando-se o seu Regimento Interno. Com a sua estrutura, formas de atuação e nova nomenclatura, nascia, então, o Movimento dos/as Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas da Bahia, com a seguinte organização: Coordenação Estadual, Coordenações Regionais e Plenárias. Os objetos principais eram a Reforma Agrária, a Agroecologia, a Assistência Técnica Gratuita e de qualidade e o fortalecimento da Educação do Campo, em defesa de um campo mais justo para se viver.

Um das Regionais do Movimento CETA é a Regional Bonfim, na qual o município de Itiúba, Cansanção e Ouroilândia estão inseridos, sendo, também, os municípios de origem dos/as jovens estudantes que participaram desta pesquisa.

O Movimento CETA tem grande contribuição na organização, articulação, formação e defesa dessas áreas e presta relevante contribuição para o Campo Baiano.

3.3 LOCAL DA PESQUISA: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITIÚBA (EFAI) – EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DEFESA DA VIDA NO SERTÃO DA BAHIA

A Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI) é vinculada desde o seu nascimento ao Movimento CETA (Regional de Senhor do Bonfim) e teve o seu embrião no ano de 1998 no município de Monte Santo – Bahia, onde, naquele ano, através de vários embates na luta pela terra, nasceu a Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), trazendo esperança para o povo do campo.

No ano de 2002, alguns jovens da primeira turma de estudantes de lá iniciaram um trabalho de base nas comunidades de Itiúba, Bahia, com o intuito de discutir a criação de uma Escola Família Agrícola no local, pois, já era desejo das famílias que levavam seus/suas filhas para a EFASE.

Com o apoio de Nelson Lopes (“Nelson Mandela”), diretor da EFASE, em parceria com as famílias camponesas e o Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares (STRAF), criou-se um projeto que foi enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porém nesse primeiro momento não foi logrado êxito.

Anos depois, já em 2006, o projeto foi reenviado com o apoio do Colegiado Territorial do Território do Sisal, CODES Sisal, e desta vez foi aprovado, entretanto, os recursos só poderiam ser executados através do município/prefeitura, e as construções das instalações físicas ficaram por responsabilidade do governo municipal.

Neste sentido, o início se deu em 2008, a partir da Associação Regional da Escola Família Agrícola de Itiúba (AREFAI), que é composta por pais, mães e responsáveis dos/as educandos/as, além de simpatizantes da causa da pedagogia da alternância e da educação do e no Campo.

Criada no dia 31 de julho de 2009 com o objetivo de ser a mantenedora e representante jurídica da EFAI, com muita empolgação e superação da espera tão sonhada pela existência da escola, a instituição está localizada no Projeto de Assentamento Novo Paraíso, no município de Itiúba. Infelizmente, existiram diversos atrasos na construção por parte do poder público, e por questões burocráticas a obra foi parada no final de 2009.

Com receio de que a escola não funcionasse, os/as integrantes da AREFAI, juntamente com famílias camponesas do município e o STRAF, ocuparam as instalações, montaram uma equipe e fizeram trabalhos de base para mobilizar os/as educandos/as.

Mesmo sem o município ter finalizado a obra, as aulas tiveram início em 15 de março de 2010, sem janelas, pisos e portas.

Quando os/as jovens da primeira turma chegaram à escola, tiveram que enfrentar este cenário de dificuldades. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Itiúba (STRAF) doou colchões, panelas, pratos e cadeiras, conforme a imagem a seguir, que mostra a chegada dos materiais no dia 15/03/2010.

Figura 3 - Registro da chegada dos materiais doados pelo STRAF de Itiúba – Bahia



Fonte: Arquivos da EFAI (2010).

Esta imagem é impactante, pois demonstra a força, a coragem, a resistência e a união de um povo que, sem recursos financeiros e sem promessas de tê-los, abraçou essa causa nobre e foi agente do esperar, aquele que Paulo Freire citou:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperança é se levantar, esperança é ir atrás, esperança é construir, esperança é não desistir! Esperança é levar adiante, esperança é juntar-se com outros para fazer de outro modo (FREIRE, 2001).

E assim, tendo como base essa coragem de “esperança” e acreditando que as coisas iriam melhorar, criou-se a EFAI, que ainda pode ser considerada uma escola jovem, que com os seus 10 anos de funcionamento tem enfrentado sempre muitos desafios, mas segue resistindo.

Como já mencionado, a EFAI atua através da Pedagogia da Alternância e seus Instrumentos Pedagógicos, ou seja, os/as jovens estudantes ficam na escola durante 15 dias, estudando através de aulas práticas e teóricas, e passam 15 dias em casa realizando atividades com a família e a comunidade. Desse modo, podemos dizer que os pais/mães e comunidade têm um papel fundamental na vida escolar dos/as educandos/as, pois atuam de forma direta, contribuindo para o desenvolvimento de atividades da comunidade; momento este de grande importância para consolidação da pedagogia da alternância na labuta por uma Educação para o Campo.

Chama-me a atenção que no segundo espaço-tempo da alternância (família/comunidade), os/as educandos/as partilham os diversos saberes adquiridos, a fim de continuar a práxis (teoria + prática), seja na comunidade, na unidade produtiva familiar (atividades técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais.

É importante salientar que a EFAI trabalhava apenas com educandos/as do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), mas em 2018 iniciou o processo de implantação do Curso de Educação Profissional de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, ofertando, além das disciplinas comuns da grade nacional, as disciplinas específicas que estão diretamente relacionadas à realidade dos/as jovens do campo, como as disciplinas de agricultura e zootecnia.

Além destas, a EFAI é também guiada pelos Instrumentos Pedagógicos. Por meio deles, a experiência adquirida pelos/as educandos/as junto as suas famílias e comunidades torna-se a base fundamental para o processo do ensino-aprendizagem. Na EFAI o conjunto de instrumentos trabalhados são os seguintes:

Quadro 2 - Instrumentos trabalhados na EFA de Itiúba

INSTRUMENTO PEDAGÓGICO	O QUE É:
Plano de Estudo	Pesquisa participativa que o jovem aplica em seu meio.
Colocação em Comum	Socialização e sistematização da pesquisa do Plano de Estudo.
Caderno da Realidade	Livro da vida do/a jovem local, onde registra as suas pesquisas e todas as atividades ligadas ao Plano de Estudo nos ciclos das alternâncias.
Viagem e Visitas de Estudo	Uma atividade complementar ao tema do Plano de Estudo. Implica em Intercambiar experiências concretas.
Colaborações Externas	São palestras, testemunhos ou cursos complementares ao tema pesquisado pelo P.E. Geralmente, são dados por profissionais, lideranças parceiras que colaboram.
Cadernos Didáticos	É uma modalidade de “livro didático” elaborado para dar o aprofundamento ao tema do Plano de Estudo.
Estágios	Vivências práticas em meios produtivos, organizações sociais, serviços, empresas e geral.
Atividade de Retorno	Experiências e atividades concretas na família ou comunidade a partir dos Planos de Estudo.
Visitas as Famílias e comunidades	Atividades realizadas pelos monitores/as para conhecer a realidade acompanhar as famílias e jovens em suas atividades produtivas e sociais. Representa a extensão do CEFA em seu meio.
Tutoria	Acompanhamento personalizado para motivar os estudos, incentivar as pesquisas, o engajamento social, a integração e vida de grupo, o projeto de vida

	profissional.
Serões	Espaço para debates sobre temas variados e complementares escolhidos junto com os/as jovens.
Caderno de acompanhamento da alternância	Um documento que registra o que é feito na escola e no meio socioprofissional. É um instrumento de comunicação entre escola – família e família – escola.
Projeto Profissional	O/a jovem vai amadurecendo ao longo dos anos o que pretende desenvolver no campo da produção, da transformação ou de serviços, bem como a continuação dos estudos. No último ano, ele/ela sistematiza o projeto a partir de um roteiro definido pelo CEFA e da orientação dada pela equipe de monitores.
Avaliação	As avaliações são contínuas e abrangem aspectos do conhecimento, das habilidades, convivência em grupo e posturas. Todos avaliam e são avaliados.

Fonte: Puig Calvo (2006).

Todos estes instrumentos pedagógicos partem de temas norteadores voltados para a realidade vivida e, como retrata Martins (2004, p. 45), “a educação não pode se dar ao luxo de ignorar o chão que pisa”. Assim, a partir dessas ações pedagógicas contextualizadas desses instrumentos, o local é o ponto de partida para o global. É preciso que outras escolas tenham essa concepção de educação que rompa com a desvalorização da realidade, trabalhando a verdadeira convivência com o semiárido a partir da ação e reflexão, pois, o que mais está presente nas escolas comuns do campo é um currículo que não leva em consideração todas essas especificidades dos povos do campo.

3.4 ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA NO BRASIL

As Escolas Família Agrícola (EFAs) nem sempre tiveram este nome. Para conhecermos melhor essa história, é preciso retornar à década de 1920, na França, mais precisamente na cidade de Lauzun, quando um grupo de pessoas do campo e da cidade começaram a pensar sobre a problemática da formação dos/as jovens do campo. Na década de 1930 deram início à experiência da primeira Maison Familiale Rurale (MRF)². Essa iniciativa é o embrião do movimento das Escolas Família Agrícola no mundo, tendo nascido do povo do campo, longe da academia, como relata Nosella (2013, p. 45).

A história das Escolas-Família é antes de mais nada a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo pessoalmente no meio do povo do interior francês, compartilhando a mesma vida, carregando o mesmo

²Maison Familiale Rurale é uma Casa Familiar Rural. Este nome é adotado até hoje na França.

passado de injustiça, sofrendo as mesmas pressões. Foi a ideia de uma Escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma Escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico.

Um dos principais precursores desta iniciativa foi o sacerdote rural francês Abbé Granereau³. Além da sua função sacerdotal, exercia uma proximidade com a vida camponesa e com as suas mazelas que já eram visíveis naquela realidade. Outra pessoa que foi primordial foi o agricultor Jean Peyrat, líder local, que em um diálogo como sacerdote exprime a sua preocupação com o desinteresse do filho em ir estudar nas escolas da cidade/urbanas. Desse diálogo (narrado pelo próprio Sacerdote em 1969), nasceu a iniciativa de uma escola:

- Yves não quer ir à escola superior. É uma desgraça, porque aos doze anos ainda não acabou de se formar.
- Nem tudo está perdido. Existem outras escolas – disse o pároco. Escolas do Estado, Escolas Livres, a Escola de Marmande, por exemplo.
- Sim, tudo isso está muito bem para formar as pessoas da cidade, mas não para formar agricultores.
- Existem as Escolas de Agricultura; existe uma em Fazanes, a trinta quilômetros de tua casa.
- Quantos agricultores autênticos – prosseguiu Jean Peyrat – você tem visto sair da Escola de Agricultura? Além disso, é muito cara. Sempre acontece igual conosco: ou instruir-se, abandonar a terra e seguir desenganados, ou não abandonar a terra e continuar ignorantes por toda vida.
- Existem também cursos por correspondência...
- Isso não é mais que um paliativo que não resolve o problema.
- Mas então, e se eu mesmo fizer o trabalho?
- Ele sozinho vai se aborrecer, o remédio seria pior que a doença.
- E se encontrar outros?
- Então encontre outros, senhor padre, meu filho será o primeiro (GRANEREAU, 1969 apud GARCÍA-MARIRRODRIGA, 2010, p. 24).

A partir deste diálogo, o sacerdote tomou a iniciativa de lutar pela primeira MFR e mobilizou mais três jovens para iniciar a experiência. Foi o primeiro monitor, auxiliando os jovens nos estudos, recebendo-os na paróquia. De início, o sacerdote propôs que os jovens ficassem três semanas em casa e uma semana nos estudos.

Não havia outro professor senão o padre. Os cursos não correspondiam a nenhum currículo pré-formulado: era o material, que chegava na casa do padre por correspondência, dos cursos de agricultura elaborados por um instituto católico. A única tarefa do padre era auxiliar os jovens a seguir esses cursos. O conteúdo era totalmente técnico-agrícola. A parte de formação geral nada mais era que uma reflexão informal entre os jovens e o sacerdote. Nessa reflexão, obviamente, entrava muito assunto religioso de formação humana e cultural sobre a vida do campo, sobre os valores do campo, etc. (NOSELLA, 2013, p. 48).

³ O padre Abbé Granereau nasceu no final do século XIX (1885), na França, e faleceu em 10 de junho de 1988. Teve uma vida dedicada às causas camponesas com forte atenção à juventude. “Foi nessa luta íntima com a terra, no trabalho de todo dia da roça que, um pouco de cada vez, entendi o grande valor e potencial existente na vida do homem do campo e também o que lhe faltava” (GRANEREAU apud QUEIROZ, 1997, p. 41).

Com o passar dos anos, a experiência se fortaleceu e expandiu pelo país e pelo mundo, alcançando diversos países. Já na década de 1960 o Brasil, sobre influência da experiência deste movimento na Itália, foi o primeiro país da América Latina a implantar Escolas Família Agrícola, no Sul do Estado do Espírito Santo, através da mobilização do Padre Humberto Pietrogrande⁴, que veio visitar o país em plena ditadura civil militar e se deparou com uma realidade de extrema pobreza. Logo retornou para Itália e propôs aos/as amigos/as a proposta de implantar Escolas Família Agrícola no Brasil. Com o apoio deles/as, que ficariam na Itália, ao retornar, mobilizou os/as camponeses/as e foram criadas três Escolas Família Agrícola. Como na França, mais uma vez a história se repete com a importante participação de um sacerdote, como foi citado anteriormente.

As três primeiras Escolas Família Agrícola foram criadas no ano de 1969 no Sul do Espírito Santo nos municípios de Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e Anchieta. Um ano antes, em 1968, foi criado o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Ele foi criado para absorver a função que as associações locais exerciam.

Na década de 1970 as EFAs expandiram-se por todo estado do Espírito Santo, e já no ano de 1974 começam os primeiros trabalhos de base no município de Brotas de Macaúbas no estado da Bahia, que em 1975 implantou a primeira Escola Família Agrícola (EFA) fora do Estado do Espírito Santo. No ano de 1978 surgem outras EFAs na Bahia e é criada a Associação das Escolas Comunidades Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA). Este momento foi primordial para o movimento no Brasil, pois, na Bahia, as EFAs nascem com suas associações locais, que são as mantenedoras e representantes legais das escolas, assumindo, também, a gerência pedagógica, tendo as famílias dos/as educandos/as à frente das decisões – diferente da experiência capitaneada pelo MEPES no Espírito Santo.

Posteriormente, as EFAs chegaram a outros estados brasileiros e foram criando as suas representantes regionais. Com essa grande expansão, e como forma de organização e união política em defesa destas EFAs, no ano de 1982 foi criada a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), que é a responsável pela mobilização a nível nacional para defender as escolas e para colaborar na organização pedagógica com base nos pilares da formação das EFAs.

As Escolas Família Agrícola são escolas diferenciadas e possuem uma estrutura pedagógica e política toda voltada para o campo.

⁴ Padre Italiano que visitou o Brasil na década de 1960.

A seguir serão apresentada as principais características das EFAs através dos seus pilares de formação. Os quatro pilares de formação das EFAs são divididos em duas finalidades e dois meios, ou seja, os meios contribuem para obter as finalidades propostas na formação, conforme aparece na imagem abaixo:

Figura 4 - Os Quatro Pilares da Formação nas EFAs



Fonte: Puig Calvo (2006).

As finalidades das Escolas Família Agrícola são norteadas em dois eixos, sendo o primeiro a Formação Integral das pessoas:

A Formação Integral das pessoas. Não se trata simplesmente de dar cursos de formação profissional com metodologias adequadas, se trata de uma visão integral onde a pessoa se forma em todos os âmbitos – técnico, profissional, intelectual, social, humano, ético, espiritual – de suas capacidades como pessoa, como ser humano (PUIG CALVO, 2006).

Ou seja, propõe-se a formação pautada em uma visão holística do ser humano. Por isso, é importante a integração que a vivência na Escola Família Agrícola proporciona ao/a estudante, pois ele dorme, se alimenta, brinca, realiza suas tarefas diárias e aulas práticas na escola, relacionando-se com os/as outros/as colegas e com a equipe de trabalho, gerando uma troca de experiências que ultrapassa as barreiras das salas de aula.

O segundo eixo é a outra finalidade das Escolas Família Agrícola, que é o Desenvolvimento Local:

Desenvolvimento Local. Unido indissociavelmente à finalidade anterior, é uma consequência e uma necessidade. Se o meio não evolui com condições de uma vida melhor, as pessoas que aí vivem e se formam, estão se obrigando a partir desse meio. As EFAs fazem com que, os jovens e adultos em formação, convertam-se em atores de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento do território onde estão inseridos (PUIG CALVO, 2006).

Esta finalidade busca transformar a realidade dos/as jovens em um lugar que assegure uma vida plena e com dignidade, fazendo com que o/a jovem se perceba enquanto parte responsável pela sua comunidade, estando engajado/a nas discussões e problemáticas, agindo de forma propositiva e resolutiva. As Escolas Família Agrícola possuem o papel importantíssimo de difundir a formação militante que, conforme está apresentada na finalidade primeira, vai além da formação técnica, proporcionando uma visão sistêmica do seu local.

Estas duas finalidades propostas pelas EFAs possuem os seguintes meios para sua execução:

Pedagogia da Alternância. A resposta ao Sistema escolar inadequado é uma metodologia pedagógica pertinente, que supere as correntes e modos docentes existentes e que responda a necessidade constante de adequação às realidades distintas de cada lugar, dos adolescentes, jovens e adultos. Portanto, a Alternância deve acontecer entre escola e meio socioprofissional, com períodos em ambos os contextos, tendo por primazia a experiência e por compromisso o envolvimento de todos os atores da formação: a família, os educadores, os estudantes profissionais do meio. A esta fórmula denominam-se de Alternância Integrativa (PUIG CALVO, 2006).

A Pedagogia da Alternância possibilita às Escolas Família Agrícola o contato direto com a realidade do/a jovem e das suas famílias, contribuindo para o alcance das duas finalidades citadas anteriormente. Essa metodologia é o fio condutor para que o/a educando/a comece a interagir com o meio em que vive.

O outro meio utilizado pelas EFAs para alcançar suas finalidades é a Associação Local: “**Associação Local.** Constituída principalmente por famílias, junto às outras pessoas que aderem a seus princípios, e que são os gestores do projeto, os atores de seu próprio desenvolvimento” (PUIG CALVO, 2006).

A Associação Local é a responsável pela autonomia da Escola Família Agrícola, sendo a sua mantenedora e representante legal, o que possibilita a auto-organização das famílias dos/as jovens que fazem a gestão e decidem coletivamente sobre a vida da EFA. Esse é um dos pontos primordiais no Movimento das Escolas Família Agrícola para que elas continuem fiéis a sua metodologia.

Estes pilares que foram apresentados são as bases que sustentam uma Escola Família Agrícola, que permanece fiel a sua gênese. Contudo, novos princípios estão sendo criados a partir de outros estudos, sem perder a identidade destas escolas.

Das diversas Escolas Família Agrícola existentes no Brasil algumas são comunitárias, como é o caso da Escola Família Agrícola de Itiúba, que tem a sua Associação Comunitária como mantenedora e responsável jurídica, sendo composta pelas famílias dos/as educando/as. Mas já existem no Espírito Santo e Minas Gerais algumas Escolas Família Agrícola, que pela dificuldade financeira uniram-se aos municípios e foram municipalizadas; com isso, essas Escolas Família Agrícola que são criadas sobre a gestão de municípios possuem a sua gestão diferenciada daquelas que têm a Associação Local. Elas são geridas pelos governos municipais, não sofrem a mesma dificuldade financeira que as EFAs comunitárias sofrem, porém, existe uma enorme interferência e ingerência política que afeta os princípios pedagógicos e os pilares da formação, distanciando as famílias da gestão compartilhada que as Associações Locais possibilitam.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DA CASA PEDAGÓGICA DE SEMENTES: EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA NA PRÁXIS DA JUVENTUDE

4.1 PESQUISA-AÇÃO NA PRÁTICA: VEREDAS METODOLÓGICAS PERCORRIDAS NESTA PESQUISA

A seguir apresentamos como foram realizadas as quatro etapas desta Pesquisa-ação:

- Diagnóstico;
- Construção do Plano de Ação;
- Execução do Plano de Ação;
- Avaliação.

4.1.1 Diagnóstico realizado: conhecer para intervir

1º MOMENTO – Reunião da Equipe da EFA sobre os Planos de Estudo e Atividades nas Comunidades

Realizamos uma reunião conjunta na sede da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI) com a equipe de monitores/as e professores/as da EFAI, além da presença do Coordenador Estadual do Movimento Estadual dos Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas da Bahia (CETA), Edno de Jesus Andrade.

A referida reunião teve como objetivo a apresentação da minha pesquisa da especialização e a definição das demandas por parte da Escola Família Agrícola de Itiúba e ações para serem desenvolvidas nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária vinculados ou que tivessem aproximação com o Movimento CETA.

Após os diálogos, surgiram as seguintes demandas:

- Desenvolver a referida pesquisa com a turma do 1º ano do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio;
- Aprofundar o debate sobre Agroecologia e Sementes Crioulas;
- Criar uma Tecnologia Social Pedagógica, através da Bioconstrução;
- Sequência de Temas de Planos de Estudos⁵ envolvendo a temática da

⁵ Pesquisa participativa que o jovem aplica em seu meio comunitário e/ou familiar.

Agroecologia e Sementes Crioulas;

- Expandir as atividades nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, vinculados e/ou próximos ao Movimento CETA.

2º MOMENTO – DIAGNÓSTICO – Mapa Falado e Escrito: Análise do Agroecossistema da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI)

Em março de 2019, realizamos esta análise como forma de um diagnóstico geral da Escola Família Agrícola de Itiúba, na sede da própria EFA. Estiveram presentes parte da Equipe de Professores/as, Monitores/as e educandos/as do 2º ano⁶.

Foram observados os diversos aspectos de integração como um agroecossistema, como está detalhado na atividade a seguir. Essa atividade colaborou em grande medida como parte do diagnóstico do lócus da pesquisa-ação.

A presente atividade trouxe o estudo/entendimento do agroecossistema da Escola Família Agrícola de Itiúba. A escola tem uma área de dois hectares e fica situada no Perímetro Irrigado Jacurici no Assentamento Novo Paraíso no município de Itiúba. O estudo foi realizado com a participação de todos/as os/as educandos/as, monitores/as e algumas pessoas da associação da escola. No estudo buscamos compreender como os seguintes elementos estão presentes e como se relacionam.

A atividade ocorreu de forma participativa. Criamos um hexágono⁷, e para cada lado ficou um elemento desenhado em um cartaz no chão da sala. Fomos apresentando os elementos, e os/as presentes iam construindo as informações, o que tinha de cada elemento e como se relacionavam no todo.

⁶ Turma que estava no 1º ano quando iniciamos a pesquisa.

⁷ Hexágono é um polígono de seis lados e seis vértices, por isso, possui seis ângulos.

Figura 5 - Suprassistema: Influências que recebe



Elementos Analisados

1) VEGETAL:

- ✓ **Hortaliças:** aulas práticas (manejo), alimentação, comercialização;
- ✓ **Jardim:** aulas práticas (manejo);
- ✓ **Pomar:** aulas práticas (manejo), sucos, alimentação;
- ✓ **Plantas Medicinais:** aulas práticas (manejo), remédio;
- ✓ **Plantas Forrageiras:** aulas práticas (manejo), alimentação (ração) para os animais;
- ✓ **Sistema PAIS⁸:** foi resultado da nossa pesquisa na Especialização;
- ✓ **Umbuzeiros:** aulas práticas (manejo), futuramente umbuzada, poupa e doce de umbu. Existe um umbuzeiro específico que é o local do momento de reflexão diário, onde todos/as ficam ao redor e fazem agradecimentos e reflexões.

2) INFRAESTRUTURA:

- ✓ **Forrageira:** preparar alimentação (ração) para os animais;
- ✓ **Ferramentas:** aulas práticas (manejos), construções;
- ✓ **Casas:** salas de aula, cozinha, dormitórios, biblioteca, banheiros; casa de beneficiamento de frutas;

⁸ O Sistema PAIS, construído anteriormente na EFAI, possibilitou uma maior interação com as aulas práticas, tornando-se um setor produtivo no âmbito interno.

- ✓ **Carro:** levar pessoas no hospital, realizar viagens para eventos, realizar visitas nas comunidades e nas casas dos/as alunos/as;
- ✓ **Bomba de Água:** levar água do canal para as caixas e para o viveiro Matrizeiro;
- ✓ **Caixa de Água:** reservar água;
- ✓ **Cisternas:** reservar água da chuva para o consumo;
- ✓ **Poço Artesiano:** água para usar nas diversas atividades;
- ✓ **Viveiro e Matrizeiro:** produção de mudas de umbu e maracujá do mato, para distribuir entre os/as alunos/as para montarem os quintais produtivos;
- ✓ **Material Didático:** realizar os estudos, pesquisas, etc.

3) SOCIAL:

- ✓ **Pessoas:** educandos/as, monitores/as, professores/as, associados/as, colaboradores/as, vizinhos/as, técnicos/as;
- ✓ **Relações Sociais:** visitas às famílias e comunidades, mutirões, distribuição de mudas, assembleias, reuniões (monitores/as, professores/as, coordenação, conselho fiscal); momento de avaliação da quinzena realizado pelos/as educandos/as. Toda e qualquer decisão referente à escola e seu agroecossistema em si é decidida em assembleia ou pelos presentes no momento da situação, sem a presença de um/a chefe ou patrão.
- ✓ **Noites Culturais:** os/as educandos/as realizam uma noite cultural toda quarta-feira, sobre diversos temas atuais, geralmente sobre a luta dos povos, a resistência e o combate à exploração e opressão.

4) ANIMAL:

- ✓ **Caprinos, Ovinos, Suínos, Aves:** produção de esterco, aulas práticas (manejo), consumo na alimentação e comércio da parte que fica excedente;
- ✓ **Minhocas:** ajuda no processo de fertilização do solo.

5) ECONÔMICO:

- ✓ **Convênio com o Governo do Estado da Bahia:** manutenção básica do funcionamento da escola, porém, com um atraso neste repasse, pois o convênio foi firmado em fevereiro, no entanto, o recurso geralmente entra no final do primeiro

semestre ou início do segundo. Isso dificulta a vida de todos/as os envolvidos/as neste processo;

- ✓ **Mutirões:** realizados na escola pelos/as associados/as, ocorre seis vezes por ano. Isso ajuda na parte econômica da escola, e na parte social também, logo que os laços familiares, comunitários e de fraternidade são reforçados, e os/as educandos aprendem com esse exemplo;
- ✓ **Outros:** trabalho voluntário, doações, comercialização do excedente da produção animal e vegetal, manutenção dos espaços através das aulas práticas e da responsabilidade de cada educando/a em cuidar do ambiente, limpando e arrumando aquilo que é usado por eles/elas.

6) CULTURAL:

- ✓ **Religiões:** evangélica, católica e religiões de matrizes africanas. São diversas as manifestações culturais através da religião, e a escola têm buscado propagar o respeito mútuo entre os/as educandos/as dessas diversas religiões;
- ✓ **Reflexão no Pé de Umbuzeiro:** todos/as reúnem-se uma vez ao dia ao redor de um pé de umbuzeiro e fazem as reflexões e agradecimentos.

Além dos elementos discriminados acima, buscamos entender também o que entrava e saia deste agroecossistema, bem como o Suprassistema, que são as influências externas que chegam até a escola como um todo, e o subsistema, que são as interferências causadas pela escola. Abaixo discriminamos as informações que surgiram da discussão e reflexão de todo conjunto escolar.

7) ENTRADAS:

- ✓ **Alimentação:** parte da alimentação é produzida na própria EFA e parte é trazida de fora;
- ✓ **Ração para os animais:** parte da alimentação é produzida na própria EFA e parte é trazida de fora;
- ✓ **Material de higiene pessoal e de limpeza da escola:** comprados no supermercado.

8) SAÍDAS:

- ✓ **Hortaliças:** quando possível, doação do excedente da produção para os/as educandos/as levarem para casa e comercialização para terceiros;

- ✓ **Mudas:** enxertia para doação para os/as jovens;
- ✓ **Plantas Medicinais:** doação para quem precisar;
- ✓ **Jovens Concluintes:** com base na Educação do Campo Contextualizada.

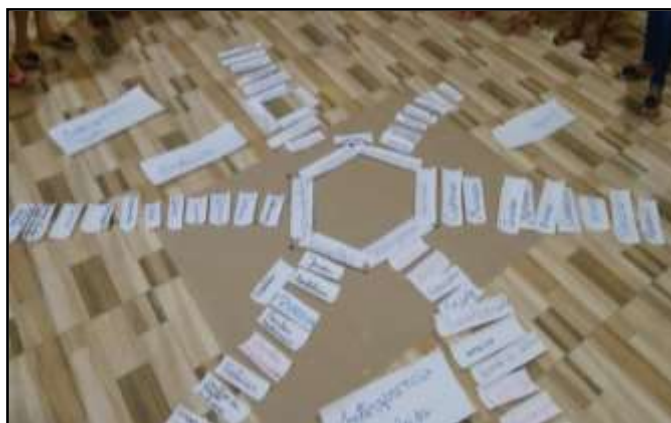
9) SUPRASSISTEMA:

- ✓ **Convênio com o Governo do Estado da Bahia:** manutenção básica do funcionamento da escola, porém, com certo atraso neste repasse, pois o convênio foi firmado em fevereiro, mas o recurso só entra no final do primeiro semestre ou início do segundo semestre. Isso dificulta a vida de todos/as envolvidos/as neste processo;
- ✓ **Vizinhos/as:** ajudam na segurança da escola e colaboram em outras atividades.
- ✓ **Parcerias:** colaboração das entidades, movimentos sociais, sindicato dos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares; parcerias em diversos aspectos.

10) SUBSISTEMA:

- ✓ **Retirada de água do canal:** devido ao alto custo da conta de água, a escola passou a captar água do canal que vem do açude e utiliza nos setores de toda escola;
- ✓ **Formação:** realização de encontros com as comunidades para tratar de assuntos de interesse de todos/as;
- ✓ **Ações:** atividades no tempo comunidade realizadas pelos/as educandos/as;
- ✓ **Fortalecimento:** dos movimentos sociais, das comunidades, associativismo, cooperativismo, educação do campo, agroecologia, economia solidária e das entidades parceiras.

Figura 6 - Atividade: Mapa Falado e Escrito – Análise do Agroecossistema da EFA de Itiúba



Fonte: Autor (2019).

A realização desta atividade foi gratificante para todos/as os/as envolvidos/. Foi possível conhecer melhor a estrutura e o funcionamento da escola de forma aprofundada e relacionar inúmeras dimensões, desde a produção até a educação. As pessoas da escola relataram que foi importante, pois existiam coisas, fatos, que alguns educandos/as mais novos/as não conheciam ou não lembravam.

Algumas considerações que reafirmaram as demandas do encontro anterior:

- Não existe uma Tecnologia Social Pedagógica através da Bioconstrução na sede da EFA;
- Necessidade de fomentar o Trabalho como Princípio Educativo, através da Bioconstrução;
- Não existe uma Sequência de Temas de Planos de Estudo específico para a Agroecologia e Sementes Crioulas;
- Necessidade aproximação da EFAI com as comunidades, sobretudo com os Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, acompanhados pelo Movimento CETA.

Estas demandas foram apresentadas posteriormente para turma de educandos/as para construção do Plano de Ação, apresentado a seguir:

4.1.2 Construção do Plano de Ação da Pesquisa

Realizamos uma reunião com os/as educandos/as da turma do 2º ano do Curso de Educação Técnica Profissional de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio, da EFA de Itiúba, que moram nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária vinculados e/ou próximos ao Movimento CETA – Regional de Senhor do Bonfim.

Dos/as 26 educandos/as, 16 vivem nos Projetos de Assentamentos vinculados e/ou próximos ao movimento CETA, distribuídos entre os municípios de Cansanção, do Território de Identidade do Sisal; Pindobaçu, do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru e Orolândia, do Território de Identidade Piemonte da Diamantina.

O perfil desta turma é de jovens de faixa etária entre 16 e 18 anos, todos/as de comunidades rurais, povoados e assentamentos. Dos/as 26 jovens, 16 são de Projetos de Assentamentos e, dos/as outros/as 10 restantes, somente 03 possuem propriedades rurais com mais de 05 hectares. Estes dados mostram como acontece a divisão de terra sem a Reforma Agrária.

Estes jovens são os protagonistas desta pesquisa, são os/as construtores/as e executores/as das ações, juntamente com suas famílias e comunidades.

Durante a nossa reunião de construção do Plano de Ação, apresentamos as demandas da Escola Família Agrícola de Itiúba e do Movimento CETA:

- Desenvolver a referida pesquisa com a turma do 2º ano⁹ do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio;
- Aprofundar o debate sobre Agroecologia e Sementes Crioulas;
- Criar uma Tecnologia Social Pedagógica, através da Bioconstrução;
- Sequência de Temas de Planos de Estudo envolvendo a temática da Agroecologia e Sementes Crioulas;
- Expandir as atividades nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária vinculados e/ou próximos ao Movimento CETA.

Iniciamos o diálogo com os/as jovens provocando-os/as a pensarem sobre as referidas demandas e como poderíamos, de forma coletiva, pensar em ações que pudessem contribuir para execução e que eles/as pudessem ser os/as executores/as das ações que seriam construídas/definidas.

Durante essa atividade dialogamos sobre Bioconstrução, e um dos educandos nos informou que sabia fazer Adobe e que poderia colaborar com os/as demais colegas na produção dos Adobes para construirmos uma Tecnologia Social de Convivência com o Semárido. Após vários diálogos, ficou decidido que construiríamos um pequeno quarto de Adobe, que seria a nossa Casa Pedagógica de Sementes Crioulas.

Decidiram, também, criar um nome para o grupo da pesquisa. Após as discussões, chegaram a um consenso e escolheram o nome “Juventude Guardiã”, que é uma alusão aos/as guardiões/ãs de Sementes Crioulas que existem em diversas comunidades. As demais decisões do plano de ação apresentaremos no tópico seguinte.

4.2 PLANTIO DAS AÇÕES E COLHEITA DOS SABERES

A seguir apresentaremos as atividades do Plano de Ação, juntamente com a execução e as reflexões sobre os resultados.

- *Diretrizes Agroecológicas da Bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes Crioulas e Sequência de Temas de Planos de Estudo na Escola Família Agrícola de Itiúba*

⁹ Quando iniciamos a pesquisa a referida turma estava no 2º ano; no ano de 2020 foram aprovados/as para o 3º ano.

Apresentamos aqui as diretrizes Agroecológicas para a reprodução dessa atividade em outro espaço educativo e/ou comunitário. Elas estão divididas em três aspectos: Metodologia, Prática e as Relações Humanas.

As metodologias utilizadas para essa experiência são as metodologias participativas, tendo como enfoque a participação efetiva das pessoas envolvidas no processo.

Para colocar o processo em prática, após as reuniões e diálogos de planejamento, as atividades devem acontecer de forma coletiva, sempre buscando a colaboração de todos/as os/as que fazem parte da atividade, levando em consideração os conhecimentos locais, com as trocas de conhecimento entre os/as agricultores/as, educandos/as e demais pessoas. Se a atividade for construída em uma Escola Família Agrícola (EFA), recomenda-se que os horários das atividades práticas-pedagógicas de campo possam ser utilizadas para essa construção.

Na relação cotidiana é importante salientar a importância do diálogo, da escuta, da igualdade nas relações de gênero no processo e na auto-organização dos/as educandos/as e/ou agricultores/as.

Quadro 3 - Plano de Ação e Cronograma

DIRETRIZES AGROECOLÓGICAS DA BIOCONSTRUÇÃO DE UMA CASA PEDAGÓGICA DE SEMENTES CRIOLAS E SEQUÊNCIA DE TEMAS DE PLANOS DE ESTUDOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITIÚBA.
<u>1ª AÇÃO:</u>
OFICINA TEMÁTICA SOBRE AGROECOLOGIA
FACILITADOR: Danilo Rodrigues da Silva – Pesquisador (Assistente Social – Especialista em Agroecologia).
DATA: 08/11/2019
LOCAL: Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI)
OBJETIVO: Levar o debate sobre os princípios da agroecologia para os/as jovens com o intuito de ampliação dos conhecimentos e preparação para as oficinas nas comunidades.
PARTICIPANTES: Grupo Juventude Guardiã.
<u>2ª AÇÃO:</u>
RODA DE CONVERSA E PRÁTICA DE BIOCONSTRUÇÃO
FACILITADORES/AS: Estudante integrado ao <i>Grupo Juventude Guardiã</i> .
PARTICIPANTES: Grupo Juventude Guardiã, pesquisador responsável e demais colaboradores/as.
METODOLOGIA: Atividades realizadas todos os/as dias nos horários das Aulas Práticas: Das 06h até 07h30min e das 15h50min até 17h15min.

LOCAL: Escola Família Agrícola de Itiúba – EFAI

3ª AÇÃO:

RODA DE CONVERSA SOBRE SEMENTES CRIOULAS NA EFA DE ITIÚBA (CONSERVAÇÃO, TROCA E REPRODUÇÃO)

FACILITADORES: Srº José Terra do Movimento CETA (Guardião de Sementes Crioulas do Assentamento Bela Conquista).

DATA: 12/02/2020

LOCAL: Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI)

OBJETIVO: Propiciar aos/as jovens o conhecimento sobre as Sementes Crioulas, incluindo, o manejo, conservação, troca e reprodução das sementes, para que eles/as possam exercer o papel de multiplicadores destes saberes nesta pesquisa, visto que eles/as realizarão entrevistas e oficinas temáticas sobre o tema.

PARTICIPANTES: Grupo Juventude Guardiã.

4ª AÇÃO:

VISITA AOS/AS GUARDIÕES E GUARDIÃS NOS ASSENTAMENTOS

Visita aos/as guardiões/guardiãs de sementes existentes nos Assentamentos em que vivem os/as estudantes integrantes desta pesquisa.

VISITADORES/AS: Grupo Juventude Guardiã.

METODOLOGIA: Cada jovem identificará os/as guardiões/guardiãs existentes nas suas respectivas comunidades para realizarmos as visitas para reconhecimento e coleta das espécies que futuramente irão para a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas e Nativas da Caatinga.

OBJETIVO: Tentar identificar os guardiões/guardiãs existentes e sua relação com as sementes crioulas.

LOCAIS E DATAS:

Assentamento Nova Vida – Cansanção - **Data:** 27/02/2020;
Assentamento Belo Monte – Cansanção - **Data:** 27/02/2020;
Assentamento Alto Bonito – Cansanção - **Data:** 28/02/2020;
Assentamento Nova Esperança – Cansanção - **Data:** 28/02/2020;
Assentamento Morada Nova – Cansanção - **Data:** 29/02/2020;
Assentamento Lagoa de Dentro – Ouroilândia – **Data:** 03/03/2020;
Assentamento Santa Luzia – Ouroilândia – **Data:** 03/03/2020.

5ª AÇÃO:

INTERVENÇÕES NAS COMUNIDADES: OFICINA TEMÁTICA SOBRE SEMENTES CRIOULAS

FACILITADORES/AS: Grupo Juventude Guardiã, Colaboradora Carla Andrade (Especialista em Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semiárido) e o pesquisador responsável, Danilo Rodrigues da Silva.

OBJETIVO: Mobilizar os Assentamentos em torno da discussão da Agroecologia norteada pelas Sementes Crioulas com o intuito de despertar o interesse pela prática da busca, troca e conservação das referidas sementes, inserindo os/as Jovens Guardiões/ãs.

PARTICIPANTES: Famílias dos Assentamentos em que serão realizadas as oficinas.

LOCAIS E DATAS:

Assentamento Nova Vida – Cansação - **Data:** 27/02/2020;
Assentamento Belo Monte – Cansação - **Data:** 27/02/2020;
Assentamento Alto Bonito – Cansação - **Data:** 28/02/2020;
Assentamento Nova Esperança – Cansação - **Data:** 28/02/2020;
Assentamento Morada Nova – Cansação - **Data:** 29/02/2020;
Assentamento Lagoa de Dentro – Orolândia - **Data:** 03/03/2020;
Assentamento Santa Luzia – Orolândia - **Data:** 03/03/2020.

6ª AÇÃO:

CONSTRUÇÃO DA CASA PEDAGÓGICA DE SEMENTES CRIULAS

CONSTRUTORES/AS: Grupo Juventude Guardiã, o pesquisador responsável e os/as demais colaboradores/as.

OBJETIVO: Construir um espaço na escola para que possa ser utilizado de forma pedagógica, por isso, o nome Casa Pedagógica de Sementes Crioulas e Nativas da Caatinga. Este espaço servirá para outros/as jovens educandos/as e diversas outras comunidades, contribuindo, ainda, com o resgate cultural da prática de Bioconstrução.

LOCAL:

Escola Família Agrícola de Itiúba – EFAI

DATA:

06 até 15/03/2020

7ª AÇÃO:

AVALIAÇÃO FINAL DA PESQUISA

CONSTRUTORES/AS: Grupo Juventude Guardiã e suas famílias (e demais pessoas dos Assentamentos), o pesquisador responsável e os/as demais colaboradores/as.

METODOLOGIA: Roda de Conversa sobre a participação nesta experiência e Avaliação final da Pesquisa de forma coletiva.

LOCAL:

Escola Família Agrícola de Itiúba - EFAI

DATA:

15/03/2020

Fonte: Autor (2019).

PASSO A PASSO: DIRETRIZES AGROECOLÓGICAS DA BIOCONSTRUÇÃO DE UMA CASA PEDAGÓGICA DE SEMENTES CRIOULAS E SEQUÊNCIA DE TEMAS DE PLANOS DE ESTUDOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ITIÚBA.

Figura 9 - 1ª Ação: Oficina sobre Agroecologia com os/as jovens na EFA de Itiúba



Fonte: Autor (2019).

Figura 7 - 2ª Ação: Roda de Conversa e prática de Bioconstrução com os/as jovens na EFA de Itiúba



Fonte: Autor (2020).

Figura 8 - 2ª Ação: Roda de Conversa e prática de Bioconstrução com os/as jovens na EFA de Itiúba



Fonte: Autor (2020).

Figura 12 - 2ª Ação: Roda de Conversa e prática de Bioconstrução com os/as jovens na EFA de Itiúba



Fonte: Autor (2020).

Figura 11 - 3ª Ação: Roda de Conversa sobre sementes crioulas na EFA de Itiúba (conservação, troca e reprodução)



Fonte: Autor (2020).

Figura 10 - 3ª Ação: Roda de Conversa sobre sementes crioulas na EFA de Itiúba (conservação, troca e reprodução)



Fonte: Autor (2020).

Figura 13 - 4ª Ação: Visitas aos/as guardiões e guardiãs



Fonte: Autor (2020).

Figura 15 - 4ª Ação: Visitas aos/as guardiões e guardiãs



Fonte: Autor (2020).

Figura 14 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Nova Vida – Cansação



Fonte: Autor (2020).

Figura 20 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Belo Monte – Cansação



Fonte: Autor (2020).

Figura 19 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Alto Bonito – Cansação



Fonte: Autor (2020).

Figura 18 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Nova Esperança – Cansação



Fonte: Autor (2020).

Figura 17 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Santa Luzia – Ourolândia



Fonte: Autor (2020).

Figura 16 - 5ª Ação: Oficina temática sobre sementes crioulas e visita aos/as guardiões/ãs no assentamento Lagoa de Dentro – Ourolândia



Fonte: Autor (2020).

Figura 21 - 6ª Ação: Construção da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas



Fonte: Autor (2020).

4.2.1 Ação 1 - Oficina temática sobre Agroecologia com os/as jovens da EFA de Itiúba

Conforme planejado no plano de ação, no dia 08 de novembro de 2019 realizamos uma oficina sobre a Agroecologia na sede da EFA de Itiúba, com os /as jovens da turma do 2º ano¹⁰.

Durante a oficina temática sobre Agroecologia, foi apresentado de forma expositiva o conteúdo, e em forma de círculos de diálogos refletimos sobre os princípios da Agroecologia, entendendo que a Agroecologia pode ser considerada uma ciência, um Movimento Social e um modo de Bem Viver. Os estudos foram realizados em uma manhã, dividida em quatro momentos, lembrando que cada jovem recebeu material impresso para dar continuidade aos estudos referentes ao tema, a partir dos princípios que foram criados no I Seminário Nacional de Agroecologia – I SNEA (2013):

No primeiro momento, realizamos estudo sobre o Princípio da Vida, que sugere que os processos pedagógicos em Agroecologia são alicerçados pelos princípios:

1. Cuidado e afetividade com a vida, considerando a sua otimização e valorização;
2. Sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética;
3. Processos endógenos, locais e comunitários;
4. Valorização e garantia à livre reprodução das sementes e raças locais de animais, reconhecendo-os como patrimônio da humanidade.
5. Aplicação da Ecologia na produção e no manejo dos agroecossistemas;
6. Economia ecológica e solidária (I SNEA, 2013).

O princípio da vida se baseia no respeito à vida, através da relação entre a sociedade e a natureza, porque é na natureza que a vida acontece e se materializa por ela, é observando-a que aprendemos a nos relacionar. A relação com a natureza está intimamente ligada com as famílias dos/as jovens, que têm a sua vida cotidiana a partir do bioma que rege a natureza na sua comunidade. Os povos que estão na caatinga se relacionam de uma forma com a natureza, os povos das águas de outra forma, os da floresta também, e assim por diante. Para Marx (2004, p. 84):

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Ainda que todos/as tenham uma relação de respeito e equilíbrio com a forma como a natureza se apresenta, a relação trabalho e campo depende dessa realidade. Por isso

¹⁰ Turma que era 1º ano no início da pesquisa.

precisamos pensar o ser humano intimamente ligado à natureza, e sendo natureza, é preciso entender que, ao respeitá-la, estamos respeitando a nós mesmos/as.

No segundo momento, realizamos um estudo sobre o Princípio da Diversidade. Ele sugere que os processos pedagógicos em Agroecologia levem em consideração:

1. Reconhecimento do território onde estão inseridos, considerando toda a sua complexidade e diversidade ecossistêmica e social e como espaço em disputa e conflito entre os diferentes setores socioeconômicos;
2. Valores e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais como fonte de ensinamentos ecológicos e culturais essenciais para a conservação da biodiversidade e a construção da sustentabilidade;
3. Reconhecimento e valorização dos povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade, especialmente o/a agricultor/a familiar e camponês/a (quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, moradores de fundo de pastos, faxinalenses, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e outros) e os diferentes movimentos e organizações sociais, considerando as questões de gênero, diversidade sexual, étnica e geracional e reafirmando o território como espaço de identidades e de culturas;
4. Reconhecimento das especificidades das mulheres trabalhadoras, suas formas de interpretar e atuar sobre a realidade e suas formas de organização (I SNEA, 2013).

Assim como a Educação do Campo, é preciso pensar qual o campo da Educação do Campo e seus povos. A Agroecologia defende nesse princípio da diversidade que é preciso ir para o embate das percepções que querem homogeneizar o campo e não respeitar a sua diversidade, diversidade essa que deve ser bandeira de luta dentro dos movimentos e das escolas que dialogam a Agroecologia.

A natureza é diversa, seja nos seus aspectos naturais ou nos modos de relações sociais. Como citado no princípio, anteriormente, é com base na diversidade da natureza que o ser humano projeta a sua relação para com ela. Não se trata de buscar rivalidades, separações, mas de unir os/as diferentes em prol da vida. A escola tem papel importantíssimo na medida em que se faz presente nos territórios, sobretudo as Escolas Família Agrícola, que são pioneiras da Pedagogia da Alternância e possibilitam a ida e a volta, a ação e a reflexão.

No terceiro momento realizamos estudo sobre o Princípio da Complexidade, que sugere que os processos pedagógicos em Agroecologia considerem:

1. Desenvolvimento de análises da realidade à partir de uma abordagem sistêmica e holística;
2. Valorização, sistematização e socialização participativa de processos e práticas agroecológicas, valorizando os conhecimentos, as culturas populares e as suas formas de expressão;
3. Indissociabilidade entre extensão-ensino e pesquisa;
4. Relevância das pessoas, da comunidade e das relações sociais na construção do conhecimento agroecológico;
5. Conhecimentos e práticas dos/as agricultores/as como questão central no currículo;
6. Leitura crítica da realidade e adoção de instrumentos metodológicos participativos;
7. Construção participativa dos Projetos Políticos Pedagógicos, considerando as especificidades locais, com a participação da comunidade e dos movimentos sociais;
8. Formação inicial e continuada em Agroecologia para educadores/as e técnicos/as administrativos/as;
9. Perspectivas alternativas de organização tempo-espaço, a exemplo da Pedagogia da Alternância;
10. Reflexão e promoção de processos de inovação participativos envolvendo

estudantes e agricultores/as, que respeitem a racionalidade da produção camponesa; 11. Formação numa perspectiva de rede de aprendizagem, conectando diferentes sujeitos e instituições; 12. Agricultores/as atuando como educadores/as em processos de formação, garantindo a troca e o diálogo de saberes; 13. Superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, vinculando o mundo do trabalho e a prática social; 14. Superação da dicotomia entre teoria-prática para contribuir para conhecer-compreender e propor-agir; 15. Agroecossistema concebido como ferramenta para a construção do conhecimento; 16. Articulação entre a pesquisa, o trabalho, a cultura e a práxis (I SNEA, 2013).

Este princípio nos direciona a pensar a partir da realidade e sua complexidade, visualizando o que não está aparente, indo além do que está posto como verdade absoluta, valorizando os conhecimentos tradicionais das comunidades e rompendo as barreiras do saber através de uma visão holística, a partir do diálogo dos saberes que envolvem uma multidisciplinaridade, como deve ser na construção desse projeto pedagógico de vida, que é a Agroecologia. Juntando as dimensões do saber em sua amplitude e complexidade, os sujeitos/as avançam e se complementam em defesa dessa questão.

No terceiro momento realizamos estudo sobre o Princípio da Transformação, o qual aponta que os processos pedagógicos em Agroecologia levem em consideração:

1. Promoção de práticas emancipatórias, visando à autonomia e o protagonismo dos sujeitos na construção de relações sociais justas e solidárias e da consciência planetária; 2. Preparação de profissionais para atuar segundo os princípios da Economia solidária popular e ecológica, baseada na cooperação, na reciprocidade e nos valores das culturas locais; 3. Prática pedagógica comprometida com a transformação social, visando formar profissionais que coloquem os seus conhecimentos a serviço das classes populares e da conservação da natureza; 4. Processos de aprendizagem coletivos que promovam a auto-organização, a autogestão e o empoderamento dos sujeitos, visando o bem comum no campo e nas cidades; 5. Processos educativos voltados para a compreensão, o fortalecimento e o empoderamento das coletividades que atuam na transformação da realidade agrária e agrícola do país; 6. Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e saúde integral, interligando produção e consumo de produtos ecológicos; 7. Atuação crítica sobre todas as formas de dominação e desigualdades sociais, particularmente sobre aquelas de gênero, raça, etnia, diversidade sexual e geração; 8. Relações de ensino aprendizagem horizontais entre educandos/as e educadores/as, rompendo com a perspectiva bancária e alienadora de educação; 9. A escola como o locus para reflexão e ação transformadora sobre os problemas sociais e ecológicos geradores da insustentabilidade do planeta; 10. Formação referenciada na realidade, tomando a vivência das comunidades como conteúdos problematizadores para o processo de ensino aprendizagem (I SNEA, 2013).

O princípio da transformação nos remete à mudança da realidade através dos processos educativos que valorizem uma formação profissional consciente, que se posicione em defesa dos povos e dos seus direitos, que reivindique uma vida com dignidade, sem opressão e sem exploração das pessoas e da natureza. A educação do campo é uma importante estrutura para fortalecer esse processo emancipatório.

A realização desta oficina temática foi de suma importância para o andamento da pesquisa e formação dos/as jovens. Foi o momento em que os/as jovens se prepararam ainda mais para serem multiplicadores/as desses saberes nas suas comunidades. Muitos foram os debates e os/as jovens se mostraram motivados/as.

Na percepção colocada por eles/as, a Agroecologia representa comida de verdade, vida com dignidade e respeito à relação com a natureza. O debate possibilitou que os/as jovens compreendessem a importância que eles/as possuem para manterem um campo cada vez mais agroecológico, tanto no quesito produção quanto no modo de vida e relações justas entre as pessoas.

Essa colaboração da juventude depende também de como os/as jovens são acolhidos/as no campo, porque, se não existirem condições de permanência no campo e condições de relações autônomas junto às decisões, o/a jovem se sente, por vezes, à margem dos processos decisórios. No diálogo nessa Roda de Conversa, eles/as pontuaram que a Agricultura Familiar e a Agroecologia são de seu interesse, juntamente com a luta por uma Educação do Campo, oportunidades de emprego e/ou renda e na conquista e permanência na terra. Os/As jovens perceberam também que aprender mais sobre a Agroecologia para depois poderem dialogar com suas comunidades é uma ação importante para fazer com que as comunidades visualizem como os/as mesmos/as podem estar inseridos/as nesses debates.

4.2.2 Ação 2 - Roda de Conversa e prática de Bioconstrução na EFA de Itiúba

Esta Roda de Conversa e prática de Bioconstrução foi realizada entre a turma do 3º ano¹¹ do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da EFAI, na sede da EFA de Itiúba. Ela foi ministrada em forma de Roda de Conversa por um dos Educandos da referida turma, que desenvolve atividade de construção de adobes na sua comunidade.

O educando que coordenou a Roda de Conversa pôde apresentar para os/as demais a atividade que realiza na sua comunidade.

Os/as demais que tinham experiência na produção de adobe foram ensinando os/as colegas com o auxílio do responsável pela pesquisa e outros colaboradores/as. Os adobes foram construídos de forma coletiva, possibilitando a participação dos/as monitores/as e educandos/as das turmas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio,

¹¹ Turma que era 1º ano no início da pesquisa.

constituindo uma troca de saberes e a materialização do Trabalho como Princípio Educativo nas Práxis Educativa.

As atividades práticas de Bioconstrução foram realizadas nos horários das aulas práticas da Escola Família Agrícola de Itiúba, possibilitando também que esta ação estivesse incluída no processo formativo dos/as jovens.

A aula prática acontecia uma vez ao dia, podendo ser entre um desses três horários: 06h até 19h30min; 8h até 10h30min; 15h50min até 17h15min.

Através dos relatos/as dos/as jovens, foi possível perceber que eles/as estavam entusiasmados/as em poderem aprender uma técnica que tem se perdido no tempo, que é a produção de Adobe e a construção de Casa de Adobe. Muitos/as relataram que algum/a membro da sua família já possuiu uma casa de adobe e que essa experiência possibilitava um retorno e um resgate das suas próprias histórias de vida.

4.2.3 Ação 3 - Roda de Conversa sobre Sementes Crioulas na EFA de Itiúba (conservação, troca e reprodução)

Esta Roda de Conversa sobre Sementes Crioulas foi realizada no dia 12/02/2020, na sede da EFA de Itiúba, e teve como facilitador o Sr José Terra do Movimento CETA (Guardião de Sementes Crioulas do Assentamento Bela Conquista), e como participantes a turma do 3º ano do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da EFAI, na sede da EFA de Itiúba.

Durante a referida Roda de Conversa, o Srº José Terra apresentou a sua história de vida, o seu trajeto de mais de quarenta anos como Guardiã de Sementes Crioulas, prática que herdou do seu pai enquanto ainda era adolescente.

Ele dialogou com os/as jovens sobre as diversas formas de conservação, reprodução e sobre a importância da troca de sementes, propiciando aos/as jovens diversos conhecimentos para que eles/as pudessem exercer o papel de multiplicadores/as destes saberes nesta pesquisa, através da realização das oficinas temáticas sobre o tema nos Assentamentos. Os/As jovens fizeram diversas perguntas, inclusive, o que motivava o Srº José Terra a seguir como Guardiã de Sementes Crioulas, momento em que Srº José Terra expressou o seu amor por esta atividade, relatando que “Cuidar das Sementes é cuidar da Vida”.

Mesmo que os/as jovens já tenham passado por uma oficina anteriormente sobre Agroecologia, era perceptível a emoção em conhecer alguém que dedicava boa parte da sua vida, do seu tempo, para zelar pela Biodiversidade com tanto carinho e cuidado.

Os/As jovens puderam compreender melhor que para ser um Guardião ou uma Guardiã de Sementes Crioulas é preciso, primeiro, sentir-se parte da natureza, respeitando o princípio da vida, e que não é preciso começar com grandes quantidades de sementes, mas o mais importante é começar, conforme pontuou o Srº José Terra.

As primeiras Sementes que serão plantadas e posteriormente compartilhadas e acolhidas na Casa Pedagógica de Sementes Crioulas serão as que o Srº José Terra doou para o Grupo Juventude Guardiã. Outro ponto importantíssimo para a formação integral dos/as jovens foi a possibilidade de perceberem que o saber não é destinado somente para quem participou da escolarização ou se especializou nas Sementes Crioulas; os saberes estão espalhados pelas comunidades, na vida dos/as agricultores/as que experimentam no seu cotidiano essa relação com a natureza.

4.2.4 Ação 4 e 5 - Oficinas temáticas sobre sementes crioulas nos assentamentos e visita aos/às guardiões e guardiãs

Estas oficinas e visitas foram realizadas pela turma do 3º ano do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da EFA de Itiúba, acompanhado pelo pesquisador e pela colaboradora Carla Andrade, entre os dias 27/02/2020 e 03/03/2020.

Para a realização destas oficinas os/as jovens criaram o roteiro e agendaram os horários e espaços para realização. Inicialmente apresentaram o plano de ação para as comunidades/assentamentos, com o intuito de provocar reflexões sobre as diversas realidades dos Assentamentos a partir do Eixo Sementes Crioulas e Nativas da Caatinga. A partir das visitas realizadas na ação anterior, os/as jovens elencaram os temas a serem dialogados nas oficinas:

- O que é uma Semente?
- O que é uma Semente Crioula?
- De onde vêm as Sementes?
- As Sementes têm História?
- Aqui no Assentamento existe Banco de Sementes ou já existiu?
- Existe diferença entre Banco e Casa de Sementes?
- Qual a principal forma de Geração de Renda do Assentamento?
- Como anda a nossa Caatinga?
- Cuidamos ou temos Sementes da Caatinga?
- Quais os papéis dos/as Jovens na Comunidade?

- Existe Sucessão Familiar nos Lotes? E nas Associações?
- O que mudou no Assentamento desde quando vocês chegaram aqui para atualmente?

Todas as oficinas foram realizadas seguindo o mesmo roteiro e tendo como metodologias as Ferramentas Participativas. No caso dessas oficinas, os/as jovens realizaram uma Matriz FOFA na condução das provocações e reflexões em torno dos temas elencados anteriormente.

Em cada oficina os/as participantes iam descrevendo as suas realidades comunitárias e individuais referentes às Sementes Crioulas e no contexto geral, refletindo sobre os Assentamentos, elencando os desafios e as possibilidades enfrentadas para o resgate, cuidado e fortalecimento das Sementes Crioulas, incluindo também as Juventudes.

Quadro 4 - Dados dos Assentamentos

NOME:	Nº: DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	ANO DE FUNDAÇÃO
PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA BELO MONTE – CANSANÇÃO - BAHIA.	22	2005
PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA NOVA VIDA – CANSANÇÃO - BAHIA.	57	2000
PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA ALTO BONITO – CANSANÇÃO - BAHIA.	47	2003
PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA NOVA ESPERANÇA – CANSANÇÃO - BAHIA.	65	1998
PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA LAGOA DE DENTRO – CANSANÇÃO - BAHIA.	37	2003
PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA SANTA LUZIA – CANSANÇÃO - BAHIA.	64	2002

Fonte: Autor (2021).

Os referidos Assentamentos são vinculados e/ou próximos ao Movimento dos/as Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas da Bahia – CETA. A conquista da terra é algo especial para o/a trabalhador do campo, que antes estava desprovido do direito de produzir alimentos e viver com dignidade com suas famílias.

Quadro 5 - Informações coletadas durante as oficinas nos assentamentos

INFORMAÇÕES COLETADAS DURANTE AS OFICINAS REALIZADAS PELOS/AS JOVENS:	
DESAFIOS:	POTENCIALIDADES
GARIMPO	A TERRA
	A CAATINGA
MINERADORAS	ASSOCIAÇÃO
DESMATAMENTO	MOVIMENTO CETA
POUCA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE	IGREJAS
POUCAS SEMENTES CRIOULAS	OS/AS JOVENS
NENHUMA CASA OU “BANCO” DE SEMENTES CRIOULAS	CRIAÇÃO DE ANIMAIS
	POÇOS ARTESIANOS
ÊXODO RURAL POR PARTE DOS/AS JOVENS	O SISAL
POUCOS/AS GUARDIÕES/ÃS DE SEMENTES CRIOULAS	PRONERA
	ESCOLA
ESTIAGENS PROLONGADAS	AS EFAS
USO INDEVIDO DA ÁREA DE RESERVA.	GRUPO DE MULHERES
	COZINHA COMUNITÁRIA

Fonte: Autor (2021).

Essas oficinas de troca de saberes e reflexões foram espaços intergeracionais, onde os/as jovens convidaram as suas comunidades (de todas as idades) para pensar a comunidade, as sementes, a vida, a natureza e buscar novos caminhos para o caminhar juntos/as.

Nesse diálogo surgiram os desafios e as potencialidades postas pelas comunidades. Como vemos, foram mais potencialidades do que desafios. Durante o debate os/as jovens também se posicionaram sobre a sucessão familiar, explicando que muitas das vezes os/as jovens não participam por não conseguirem um espaço nos momentos de decisões nas comunidades ou na própria propriedade familiar, conforme destaca Castro (2005, p. 80).

Ser jovem em acampamentos e assentamentos rurais está marcado por tensões entre o ‘sonho’ e a luta pela terra, mas também pelas relações de hierarquia e os conflitos com autoridade paterna. Pensar a inserção desse ‘jovem’ no meio rural hoje, implica enfrentar o esforço de analisar as construções nativas da categoria e suas disputas, e as próprias lógicas hierárquicas reproduzidas nessas realidades, onde jovem ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas. Neste sentido, permite identificarmos processos que reforçam relações sociais marcadas pela hierarquia e autoridade, que envolvem a posição de pai/adulto/chefe de família e ‘responsável’ pela terra em oposição a filho/jovem/solteiro.

Esse debate da sucessão ou da cooresponsabilidade possibilitou que as pessoas presentes também refletissem sobre como elas têm olhado para os/as jovens, pessoas em transições e em formação, que precisam ser acolhidas e, sobretudo, terem a oportunidade de participarem mais ativamente da vida comunitária.

Com base nos desafios, foram surgindo propostas para ações futuras, como a experiência da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas da EFA, para que os/as jovens pudessem, com o tempo e com o apoio da comunidade e da associação, iniciar uma pequena experiência de Casa Comunitária Pedagógica de Sementes Crioulas nos Assentamentos.

Outro ponto de proposta foi que todos conheçam, busquem pesquisem e se interessem pela história das lutas que estão representadas por esses Assentamentos e pelo próprio Movimento CETA, proposta essa que fez surgir um tema para Plano de Estudo sobre o Movimento CETA.

Os/as jovens também se emocionaram durante algumas oficinas, principalmente com a Oficina que foi realizada no Assentamento Nova Esperança, assentamento que precisou mudar o local da sua Agrovila (local das casas) devido à mineração. As pessoas contavam das suas saudades da antiga Agrovila, onde cresceram seus filhos e filhas.

Durante este ciclo de oficinas, os/s jovens também foram conhecer os/as guardiões/guardiãs existentes, que eles/as identificaram durante as oficinas. Foram realizadas visitas para reconhecimento e coleta das espécies que futuramente irão para a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas.

4.2.5 Ação 5 - Construção da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas

No mês de março de 2020, depois que os Adobes já estavam construídos, escolhemos o local e começamos a cavar o alicerce da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas.

O local para a Bioconstrução da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas foi escolhido de forma coletiva e observando a necessidade de existir um espaço aberto junto da casa para realização de Rodas de Conversa com as turmas da escolas e futuros/as visitantes.

Portanto, o espaço configura-se como uma sala aberta, com mística e simbologia com espaço dos Mártires da Lutas Sociais, dando significado pedagógico aos espaços e às ações, possibilitando momentos de intercâmbios.

Estávamos com tudo organizado para iniciar a Bioconstrução da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas na EFA de Itiúba, porém, no dia 11 de março de 2020, o Novo

Coronavírus espalhou-se pelo mundo e a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a situação da covid-19 estava classificada a partir daquele dia como uma Pandemia.¹²

Esta situação pegou a todos nós de surpresa. Tivemos uma reunião com toda a equipe da escola e, seguindo as orientações dos órgãos de Saúde e da própria OMS, a EFA de Itiúba suspendeu as atividades presenciais no dia 20 de março. Contudo, no dia 16 do mesmo mês, os/as jovens começaram a retornar para as suas comunidades, porque os municípios já estavam suspendendo os transportes escolares. Desde esse momento, a EFA de Itiúba está atuando em ALTERNÂNCIA PROLONGADA!

Figura 22 - Descrição do conceito de Alternância Prolongada – modalidade adotada pelas Escolas Família Agrícola nesse período de Pandemia da covid-19



Fonte: REFAISA (2020).

Devido a toda essa situação, a Bioconstrução encontra-se parada. Não faria sentido dar continuidade à construção sem os/as jovens. Portanto estamos aguardando o retorno total das aulas presenciais, previsto para o ano de 2022, para realizarmos a finalização dessa Bioconstrução da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, pois todo o material já foi construído, faltando somente realizar o mutirão para podermos concluir a Bioconstrução.

Contudo essa pequena parte da construção que falta ser terminada não atrapalhou de forma significativa a condução da nossa pesquisa, uma vez que todas as outras ações foram concluídas e foram suficientes para obter os resultados e gerar conhecimento e troca de experiências entre todos/as os/as envolvidos/as.

¹² Em 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou em Genebra, na Suíça, que a covid-19, doença causada pelo Novo Coronavírus, passou a ser considerada uma Pandemia.

Todas as oficinas tiveram uma boa receptividade nas comunidades/assentamentos, de modo que os debates e reflexões foram frutíferos e com aprofundamentos específicos e precisos.

Quando as oficinas foram iniciadas e a primeira questão foi debatida – O que são Sementes? –, diversas foram as respostas. Algumas pessoas já eram Guardiões/ãs de Sementes Crioulas, enquanto outras só conheciam as sementes vendidas nos Supermercados.

Os/as jovens abordaram os conceitos mais teóricos, e a troca de saberes aconteceu com as experiências de vida das comunidades.

O momento foi tomado por muita sensibilidade e emoção. As pessoas presentes faziam relatos sobre suas histórias de vida e contavam como os pais e mães guardavam as sementes, bem como é difícil ver essa prática hoje, sobretudo, como é difícil ver um projeto que busque inserir a juventude nessa temática.

Após a conclusão da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas da EFA de Itiúba, ela será utilizada como um Setor Pedagógico da escola e como um espaço comunitário para ser o lar das sementes Crioulas e das histórias contidas nelas. Temos algumas sementes doadas pelo Srº José Terra e pelos/as guardiões e guardiãs comunitários/as que foram visitados/as pelos/as jovens educandos/as, e as trocas/compartilhamentos das sementes estarão dentro do processo educativo dos/as educandos/as.

A Casa funcionará em parceria com as comunidades e os Movimentos Sociais, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que implantará um Campo de Sementes Crioulas na Sede da Escola Família Agrícola de Itiúba, integrado à Casa Pedagógica de Sementes Crioulas.

A referida experiência fortalecerá todo o processo iniciado e realizado nesta pesquisa, sendo uma ação que vai estar ligada à Casa Pedagógica de Sementes Crioulas.

Figura 23 - Reunião entre a EFA de Itiúba e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)



Fonte: Arquivo da EFA de Itiúba (2021).

Na imagem acima, vemos o momento em que os/as representantes do MPA e da EFA de Itiúba estavam analisando o local para implantação desse campo – meio hectare para plantio de Sementes Crioulas.

Este espaço experimental servirá, também, de ponto de apoio para os/as Guardões e Guardiãs das Sementes Crioulas nas Comunidades, que terão a escola como espaço de intercâmbio para troca de saberes e de compartilhamento/troca de Sementes Crioulas.

4.3 PLANTAMOS, MAS O QUE COLHEMOS?

Esta pesquisa visou criar alternativas para fortalecer a luta em prol do Projeto Popular Camponês por meio da Agroecologia, Educação do Campo e Trabalho Como Princípio Educativo.

Este é o momento de analisarmos como as atividades foram realizadas e os seus resultados.

Para iniciar essas reflexões, faz-se necessário trazer novamente os Objetivos Específicos deste estudo.

- 1 - Promover práxis educativas calcadas no trabalho como princípio educativo e na Agroecologia para fomentar a bioconstrução da casa pedagógica de sementes;
- 2 - Avaliar coletivamente a experiência vivida nas oficinas e para a bioconstrução da casa pedagógica de sementes na escola;
- 3 - Construir as *Diretrizes Agroecológicas para a Casa Pedagógica de Sementes Crioula* buscando fomentar outros processos sociais, pedagógicos e políticos no que tange ao trabalho como princípio educativo na interface entre escola, famílias, comunidades para outras Escolas Família Agrícola EFAs;
- 4 - Elaborar uma *Sequência de Temas de Planos de Estudo* a partir da avaliação da experiência vivida, buscando apontar caminhos para o fortalecimento do uso da Casa Pedagógica de Sementes como espaço educativo para a escola e para as comunidades.

Iremos analisar os primeiros dois objetivos específicos e posteriormente os dois últimos, que são Produtos desta Pesquisa.

- 1 - Promover práxis educativas calcadas no trabalho como princípio educativo e na Agroecologia para fomentar a bioconstrução da casa pedagógica de sementes;
- 2 - Avaliar coletivamente a experiência vivida nas oficinas e para a bioconstrução da casa pedagógica de sementes na escola;

Devido à Pandemia, não foi possível realizar um encontro presencial para essa avaliação, como tinha sido previsto anteriormente, mas foi preciso utilizar das ferramentas digitais (Aplicativo de mensagens) para dialogar com parte dos/as jovens e entender o significado desta pesquisa para eles/as.

Todo o caminho percorrido nas atividades realizadas estavam buscando promover a práxis educativa calcada no trabalho como princípio educativo, buscando entender como os/as jovens assimilam este conceito, visto que comumente, na sociedade, o trabalho é considerado algo pesado e, muitas vezes, um processo difícil e controlado por um patrão. “Como pode ser educativo algo que é explorado, e na maior parte das vezes, se dá em condições de não escolha? Como extrair positividade de um trabalho repetitivo, vigiado e mal remunerado?” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Essa é geralmente a condição do trabalho na sociedade. Um trabalho alienante e não produtor da existência, que não é norteado pelo princípio educativo pautado pelas Escolas Família Agrícola (EFAs), que na prática educativa buscam romper com essa visão, propondo um novo olhar. Como afirma Ramos (2017), existe a necessidade de “desconstruir o senso comum de que trabalho seja sinônimo de emprego e reconhecer que essa relação entre trabalho e emprego expressa uma forma histórica específica do trabalho nas relações sociais capitalistas”.

Nesse sentido, as atividades precisam estar alinhadas com um senso crítico e um objetivo pedagógico. Ao questionar os/as jovens sobre essa experiência, obtivemos os seguintes relatos/depoimentos:

Foi uma experiência gratificante, de saber que esse senhor, o José Terra, tem tanto conhecimento adquirido através dos mais velhos parentes dele, que testaram seus saberes e experiências em práticas e obtiveram resultados. Vem aprimorando a genética das sementes e armazenando, guardando com cuidado para que nunca acabem as sementes crioulas. Sobre a Bioconstrução, foi interessante a forma do processo desde a preparação do barro para fazer os Adobes e ter participado de todos os processos. Avalio essa experiência como boa, pois levarei os conhecimentos e os saberes populares e científicos que obtive para minha vida profissional (Valéria, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

Participar da oficina com Sr Zé Terra foi muito satisfatório; poder estar observando e absorvendo tantas experiências boas que levarei para o resto da vida.

Participar da construção dos Adobes me instigou a buscar mais conhecimento sobre essa forma alternativa de construção que é econômico financeiramente falando e tão importante para a natureza. Fiquei muito feliz em saber que qualquer pessoa consegue construir algo tão importante, mas que nem tem muita repercussão, pois todo mundo deveria saber fazer. É isso, benefício/autonomia que as casas de Adobe traz.

Poder participar das oficinas sobre sementes crioulas foi muito proveitoso; a troca de experiências, as falas engasgadas de alguns agricultores, que muita das vezes não

têm pra quem partilhar esses saberes e que nos fortalece como jovem iniciando a vida praticamente agora poder aprender um pouco disso tudo para poder tá multiplicando, pois tanta sabedoria não pode ser só de alguns, mas de todos. Foram rodas de conversa que encham nossos olhos, que muitas das vezes não é dada a devida importância e nos mostra que tudo isso tem que ser repassado.

Que a nossa geração sintam-se pertencente desses saberes, ao ponto de multiplicar e não deixar morrer, pois a maior parte dos saberes dos nossos antepassados já foram esquecidos.

Avalio como uma oportunidade: oportunidade de aprender, de multiplicar e de se orgulhar de quanto nossas comunidades nossas famílias são ricas de sabedoria (Aminadab, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

Foi uma experiência extraordinária, um senhor camponês de tanto saber em relação à terra. Uma troca de conhecimentos sem igual. Aprecio o trabalho feito com tanto cuidado pela terra e pelas sementes, cuidado este que não se perder pelo fato de estar repassando seus conhecimentos aos demais.

Sinto-me parte de um projeto multiplicador de boas ações e reflexões. A minha participação na bioconstrução da casa de sementes foi de suma importância para mim. É importante sentir-me dentro desse grupo, e foi isso que aconteceu, fizemos/fazemos parte deste processo.

Contribuir na execução das oficinas sobre sementes crioulas me proporcionou um desenvolvimento para a minha formação profissional enquanto estudante de EFA e futura técnica em agropecuária. Sinto-me ainda mais confortável em falar/debater sobre o assunto, e acima de tudo defender a cultura das sementes crioulas.

Tendo uma visão geral de tudo que foi aprendido, compartilhado e dialogado a experiência tida através das sementes crioulas tem me tornado uma guardiã delas na minha comunidade, fazendo assim com que nossas culturas não se percam. Estes encontros nos fortaleceram e fortaleceram os guardiões das comunidades. Toda esta experiência valeu e valerá muito a pena. É uma causa nobre, um ato de soberania (Patrícia, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

Foi uma experiência magnífica. Temos o conceito de sementes crioulas muito fragilizado em nossas comunidades, e poder participar de uma formação com tanta sabedoria sociocultural que vem se perdendo com o tempo...

Foi importante conhecer essa técnica muito utilizada nas construções de casas nas comunidades. Uma sensação sem igual, poder ver um local pedagógico como a casa de sementes ser todo construído, todos os seus passos, por nós mesmos. Uma experiência inexplicável para a vida.

Todo tipo de conhecimento é importante para a nossa vida profissional. Podemos obter valores e saberes populares para a nossa formação, assim proporcionando uma melhor qualidade na hora de exercer a profissão.

Se tivesse uma nota para avaliar essa pesquisa, seria 10, pelo fato de podermos compartilhar essas experiências, tudo no coletivo, e por esta implantação, um projeto nosso, aonde a turma vem se dedicando ao máximo. Além de ser muito importante para a nossa formação técnica e social (Tiago, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

Participar da oficina com o agricultor Zé de Terra foi uma experiência única, foi muito rica e gratificante, pois nos possibilitou conhecimento adquirido com a vivência na roça de toda uma vida dedicada produzir de forma orgânica e agroecológica.

Participar da construção dos adobes foi adquirir conhecimentos que não são tão repassados nos dias de hoje. Foi também momento de criar expectativas para o

início de uma nova mudança bastante significativa para agricultura familiar nas comunidades.

Participar das oficinas trouxe para mim um novo olhar para vida de cada agricultor que carrega uma história de vida, um sentimento de amor de cuidado e de respeito para com a natureza.

A experiência foi muito rica em conhecimento, pois ela nos mostrou o quanto é valioso preservar a identidade das sementes e fazer com que toda essa história de identidade não fique apenas com os agricultores, mas que seja repassada para toda juventude camponesa com o principal objetivo de manter os velhos costumes da preservação das sementes crioulas (Cleonice, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

Pra mim foi muito importante participar da roda de conversa com o Sr Zé Terra, pois tive a oportunidade de absorver novas experiências e expondo as que eu já tinha, pois foi uma troca de experiência muito boa e importante.

Foi uma ótima atividade participar da bioconstrução, pois lembrando as casas de antigamente, que eram feitas de Adobe, é muito importante a EFAI ter uma experiência dessa.

Para avaliar a experiência dos momentos que participei, foi de muito aprendizado e que com fé em Deus vamos voltar pra escola para poder [...] concluir a nossa casa de sementes (Rionei, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

Pra mim foi uma experiência muito importante, porque a atividade executada, além de ser uma prática que nos traz aprendizagem no que diz respeito a aprender e fazer o material de Adobe. Também porque é um projeto muito importante pra não deixarmos acabar com as sementes crioulas, pra que tenhamos possibilidade de produzir alimentos saudáveis por meio do resgate das sementes.

Foi muito importante ter feito parte da construção desse projeto, porque sei da importância. Isso porque as sementes crioulas estão em extinção e sabemos que se essas sementes acabarem vai ser uma perda muito grande que afetará a saúde da sociedade, então sei muito bem da importância de ter casas de sementes.

E que tenhamos mais e mais casas de sementes nas comunidades também pra que tenhamos mais sementes crioulas e consequentemente passaremos a produzir mais alimentos saudáveis (Carlos Humberto, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

Foi ótimo, pois é sempre bom aprender coisas novas.

Porque muitos educandos não sabiam fazer adobe, inclusive eu, mas agora já sabemos realizar essa prática.

Ao colaborar na realização das oficinas, juntamos nosso conhecimento com os dos moradores de cada assentamento adquirindo, assim, novos conhecimentos sobre sementes crioulas.

Considero esse projeto de grande proveito, pois, creio eu, que cada um de nós podemos obter muitas informações que nos ajudarão futuramente quando formos profissionais (Renilda, depoimento cedido em fevereiro de 2021).

A oficina realizada com o Sr Zé Terra foi muito interessante. Aprender com ele e com suas experiências adquiridas durante toda a sua vida. Ao participar dessa oficina veio a VONTADE/INTERESSE de querer fazer parte da história das sementes crioulas, assim, juntamente com a turma, fomos para a primeira iniciativa na prática de bioconstrução de adobe para casa de sementes, um trabalho em equipe e satisfatório.

Participar de todas essas formações sobre sementes CRIOULAS mostrou-me que podemos mudar boa parte dessa realidade de transgênicos, porque estamos reféns

das sementes modificadas. Essa atividade colaborou para me tornar uma pessoa melhor, e possivelmente uma melhor profissional. Dessa forma avalio toda essa experiência como uma OPORTUNIDADE de fazer diferente, em todos os lugares em que eu venha atuar (Akaine, depoimento cedido em fevereiro de 2021, grifos nossos).

Os/as jovens mostraram nos seus depoimentos que conseguiram incluir um sentido na práxis educativa relacionado ao trabalho como princípio educativo na prática. O fazer da bioconstrução foi realizado de forma prazerosa, sobretudo, por ser de forma coletiva como salientaram. O sentido de construir algo coletivo e por iniciativa deles/as trouxe um significado ao fazer, que seria o que classifica Ramos (2009, p. 3) sobre o Trabalho como Princípio Educativo: “Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo”. Nesse sentido, quando os/as jovens conectam o que aprendem, o que fazem e o que vivem, o processo se torna significativo.

O olhar dos/as jovens para outros aspectos das comunidades, como suas demandas cotidianas e outros aspectos possíveis existentes, se dá por um processo que acontece através das ações e relações do/a jovem consigo (individualidade), com o outro (sociabilidade) e com o meio ambiente. Esse momento de transformação requer várias etapas dialéticas de humanização e socialização entre si e os demais. Sobre isso, Souza (2000) salienta que:

O EU (identidade) de cada ser humano se constrói na coletividade (NÓS). A humanização implica então na construção de ideias, pensamentos, artes (PENSAR); afetos, vontades, paixões (EMOCIONAR-SE); bem como atividades, ações, práticas e experiências (FAZER), no interior de determinadas relações sociais e naturais (MEIO NATURAL E SOCIAL).

Esse processo permite caracterizar o ser humano como um ser transversal, que ao mesmo tempo em que realiza ações singulares que o caracteriza como indivíduo, pode realizar também ações coletivas que o caracteriza como grupo, classe ou movimento social, assim como diz Marx (2003, p. 221):

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula controla seu intercâmbio material com a natureza. [...]. Atuado assim sobre a natureza externa, modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza.

Ao fazerem as atividades, ao participarem das oficinas e realizarem oficinas e trocas de saberes nas suas comunidades, os/as jovens interferem nas suas comunidades e ao mesmo tempo as comunidades interferem no âmbito da formação integral desses/as jovens, ao transformar as suas ações eles/as acabam por serem transformados/as.

O trabalho coletivo em mutirão entre os/as educandos/as, equipe da escola e famílias é um processo educativo, porque o mutirão é uma prática comunitária, muito utilizada nas comunidades camponesas, e é um grande exemplo de solidariedade e bem viver – todos/as juntos/as em prol de um objetivo coletivo.

A relação de ajuda mútua é antes de tudo uma prestação humana, pois o trabalho é a mera expressão do esforço conjunto do corpo e do espírito. Sendo prestações mútuas de trabalho, trata-se de respectivas dádivas de si próprio, de entregas recíprocas do seu próprio corpo. Quer dizer que além da necessária prestação “material” em trabalho humano, trata-se de uma relação humana visando também (e muitas vezes, antes de tudo) a produção e a manutenção de laços sociais, sentimentais e simbólicos, entre as famílias e as comunidades (SABOURIN, 2011, p. 126).

O mutirão se apresenta como uma ação pedagógica. O pai, a mãe e/ou os/as demais responsáveis, ao participarem do mutirão na escola ou na comunidade, estão mandando um recado direto para os/as jovens e para sociedade em geral, de que é preciso viver em coletivo e em harmonia com todos/as.

A formação dos/as jovens na práxis educativa que busca novos processos sociais e pedagógicos e políticos é a “[...] educação para o trabalho em que o norte da formação seja a inclusão social, laboral e política dos sujeitos, numa perspectiva integrada” (MEIDEIROS NETA; ASSIS; LIMA, 2016, p. 108).

É preciso levar em consideração o papel da escola, que trata-se “[...] de uma proposta pedagógica para além do capital, e que está em gestação nos movimentos de luta social pela emancipação humana” (TITTON, 2008, p. 1).

A juventude é um campo em disputa e o processo educativo é a arena principal dessa disputa, sendo a Educação do Campo uma ferramenta indissociável da emancipação e garantia da luta por dignidade no campo.

No caso da Educação do Campo, manter a contradição instalada significa continuar sua trajetória sendo fiel ao seu percurso original de vínculo com os “pobres do campo” e com suas organizações e lutas sociais. Porque é desses sujeitos (que hoje “lutam pra deixar de morrer”) que estão nascendo/podem nascer experiências, alternativas, que recolocam a perspectiva de construção social dominante, hegemônica e recolocam a perspectiva de construção social para “além do capital”. É disso que se trata na questão da resistência política, econômica e cultural do campesinato, de outrológica de trabalho no campo que não o assalariamento, que não a agricultura do negócio. É disso também que se trata na questão da Agroecologia vinculada à justiça social e à soberania alimentar, da cooperação entre os trabalhadores, de projetos educacionais que se vinculam a esses processos (CALDART, 2008, p. 76).

Reafirmando o lado da Educação do Campo, que é o lado da Luta de Classes, pensando o campo e suas relações, consideramos também que todo esse processo contribui e é fundamentado nesta pesquisa a partir dos/as educandos/as, pois as escolas, comunidades e

demais espaços sociais e políticos serão fortalecidos se forem organizadas e planejadas ações a partir da auto-organização dos/as jovens, como destaca Almeida (apud CAMINI, 2009, p. 227).

A auto-organização dos estudantes é pensada como fio condutor da formação e gestão da escola do campo. É assumir na concretude o que se defende sobre “ser sujeito do processo”. Ninguém se faz sujeito se não “põe a mão na massa”. E jamais alguém se torna sujeito esperando ou aceitando que os outros façam por ele. Tornamo-nos sujeitos na ação. A estrutura orgânica da escola está apoiando nos núcleos de base e na formação de coletivos ou equipes disso, é possível levar nossos estudantes e professores a compreenderem que há momentos de coordenar e outros de serem coordenados, entendendo a importância de propor, avaliar e tomar decisões coletivas sobre o processo.

Esta auto-organização é importantíssima. Nas oficinas nos Assentamentos surgiu o debate sobre o papel do/a jovem nas comunidades, trazendo-se a questão de sucessão e geracional: o/a jovem não quer participar desses processos ou não existe possibilidades de inserção nas tomadas de decisões?

A juventude não está fora da sociedade. Não ser adulto/a não quer dizer não ter iniciativas solidárias, responsabilidades dentro da escola e intervir nas demandas cotidianas da sociedade. É preciso olhar para os/as jovens com a esperança de que eles/as possam contribuir como integrantes ativos que opinam e colaboram com as decisões. As comunidades precisam pensar os/as jovens também no presente, porque é nele que a vida vai se tecendo.

[...] a criança e, sobretudo, o adolescente, não se preparam apenas para viver, mas já vivem uma verdadeira vida. Devem conseqüentemente organizar esta vida. A auto-organização deve ser para eles um trabalho sério, compreendendo obrigações e sérias responsabilidades. Se quisermos que as crianças conservem o interesse pela escola, considerando-a como seu centro vital, como sua organização, é preciso nunca perder de vista que as crianças não se preparam para se tornar membros da sociedade, mas já o são, tendo já seus problemas, seus interesses, objetivos, ideais, já estando ligadas à vida dos adultos e do conjunto da sociedade (PISTRAK, 2011, p. 33).

Conforme aconteceu nas oficinas realizadas pelos/as jovens nos Assentamentos e nas ações que surgiram a partir delas, é perceptível que as crianças e adolescentes se auto-organizam a partir da participação, ultrapassando a posição de subordinados/as, ocupando um espaço de horizontalidade e respeito. Nesse aspecto, Pistrak (2013, p. 125) destaca que “Somente na atividade pode a criança formar-se para ser ativa, somente na ação aprende a agir, somente na realidade, participando na criação de formas cada vez mais novas, mesmo num organismo social pequeno como a escola, aprendem a participar conscientemente [...]”.

Os/as jovens envolvidos/as na pesquisa, com o passar do tempo, demonstraram responsabilidade, compromisso e coragem para defender as Sementes Crioulas e para

participarem ativamente da vida Coletiva, conforme desta o Guardião de Sementes Crioulas e Assentado da Reforma Agrária, Srº Antonio Andrade:

É uma alegria ver uma atividade dessa aqui no nosso Assentamento, ver esses meninos tudo querendo aprender com a gente e se preocupando com as sementes. É muito bom para nós e para o Movimento CETA. Estamos aqui há mais de 20 anos e ainda não temos Casa de Sementes, mas no que depender da gente, vamos ter a nossa em parceria com essa juventude, porque nós estamos envelhecendo e se os jovens não estiverem com a gente, quem vai dar continuidade ao nosso trabalho? Vocês estão de parabéns e quando as aulas voltarem quero ir levar as ripas da Casa de Sementes que fizemos de Mandacaru Facheiro, assim como cobríamos nossas casas antigamente, para os/as jovens poderem ver como era a vida antigamente. (Antônio Andrade – Assentamento Nova Vida, depoimento cedido em março de 2021).

O depoimento do Srº Antônio Andrade, que foi um dos fundadores do Assentamento Nova Vida, reafirma o poder que a parceria entre as relações geracionais possuem, podendo ser renovadas e refeitas.

Sobre os dois últimos objetivos específicos, que são os Produtos dessa Pesquisa:

- 3 - Construir as *Diretrizes Agroecológicas para a Casa Pedagógica de Sementes Crioula* buscando fomentar outros processos sociais, pedagógicos e políticos no que tange ao trabalho como princípio educativo na interface entre escola, famílias, comunidades para outras Escolas Família Agrícola EFAs;
- 4 - Elaborar uma *Sequência de Temas de Planos de Estudo* a partir da avaliação da experiência vivida, buscando apontar caminhos para o fortalecimento do uso da Casa Pedagógica de Sementes como espaço educativo para a escola e as comunidades.

As demandas Sociais desta pesquisa foram alcançadas em sua plenitude. Conseguimos chegar até os Assentamentos vinculados e/ou próximos ao Movimento CETA e trazer respostas para as demandas da EFA de Itiúba.

Estes objetivos são os Produtos dessa pesquisa. Construímos as *Diretrizes Agroecológicas para a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas e a Sequência de Temas para os Planos de Estudo* buscando fomentar outros processos sociais, pedagógicos e políticos no que tange ao trabalho como princípio educativo na interface entre escola, famílias, comunidades para outras Escolas Família Agrícola EFAs, ou seja, este trabalho poderá ser utilizado por outras EFAs e demais entidades que realizam trabalhos de base voltados para Educação do Campo, Agroecologia e Trabalho como Princípio Educativo. Os passos descritos anteriormente nas diretrizes podem e devem ser adaptados às realidades locais de cada espaço

pedagógico, social e político. Conforme avalia o Coordenador Estadual do Movimento (CETA) e Diretor Escolar da EFA de Itiúba, Edno Andrade (2021):

As Oficinas nos Assentamentos vinculados ao Movimento CETA, falando sobre a Agroecologia e as Sementes Crioulas, colaboram como ponto de partida para aquelas pessoas que estão iniciando sua produção, como é o caso dos mais jovens que estão começando a investir agora nos Lotes das suas famílias. Acabam sendo um grande incentivo para que essas produções sejam de qualidade e seguindo os princípios agroecológicos. Os nossos Assentamentos já possuem uma tendência para o trabalho agroecológico; dos 27 Assentamentos e Acampamentos que nós temos nesses três Territórios de Identidade da Bahia: Sisal, Piemonte Norte do Itapicuru e Piemonte da Diamantina, já temos alguns registros de atividades agroecológicas, mesmo não tendo uma Assistência Técnica do Governo Federal. Quando existe uma parceria como essa dessa pesquisa, com realizações de Oficinas sobre essas temáticas, nos sentimos muito felizes e fortalecidos, mesmo sabendo que existe um pouco de resistência das pessoas que já possuem uma prática estabelecida há vários anos. Pode ter dificuldade de colocar em prática todos os princípios da Agroecologia, mas consideramos importantíssimo nunca deixar de bater nessa tecla e insistir nessa Trabalho de Base, porque a Agroecologia é fundamental para concretização da Reforma Agrária de forma plena (Edno de Jesus Andrade – Assentamento Belo Monte, depoimento cedido em março de 2021).

Sobre a iniciativa da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, ele completa:

A importância das atividades desenvolvidas e da Casa Pedagógica de Sementes é uma inovação que iremos trabalhar nos próximos anos, de forma mais direcionada para essas Temáticas da Agroecologia e Sementes Crioulas, Soberania Alimentar, Reaatingamento e todas as demais temáticas que estejam em torno da Agroecologia. É uma ótima iniciativa pedagógica para atuarmos com os jovens na escola e também um espaço para as famílias virem presenciar na própria EFA a diferença entre as Sementes Crioulas e as Transgênicas, sobre a importância também das sementes Nativas da Caatinga, porque o que temos visto por várias comunidades é a retirada de madeira de forma não planejada e as sementes nativas também possuem a sua importância para o Reaatingamento. Conhecerem a experiência e serem atores do compartilhamento, realizando momentos de trocas de sementes, troca de conhecimento sobre o cuidado e as formas de guardar as sementes e até se tudo der certo e essa Pandemia logo passar, realizarmos uma Feira de Sementes Crioulas e Nativas da Caatinga na nossa EFA de Itiúba (Edno de Jesus Andrade – Assentamento Belo Monte, depoimento cedido em março de 2021).

Temos o quarto e último objetivo específico, que é a criação de uma *Sequência de Temas de Plano de Estudo (Instrumento Pedagógico da Pedagogia da Alternância)* a partir da avaliação da experiência vivida, buscando apontar caminhos para o fortalecimento do uso da Casa Pedagógica de Sementes como espaço educativo para a escola e as comunidades.

O Plano de Estudo (P.E.) é um instrumento que busca atender à realidade concreta que se apresenta nas comunidades. Caldart (2004, p. 16) destaca que:

Este desafio se desdobra em três tarefas combinadas: manter viva a memória da Educação do Campo, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos seus próprios sujeitos; identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser feita no momento atual; e seguir na construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo.

Esta Sequência de Temas de Planos de Estudo será utilizada de forma integrada com a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, sendo uma proposta para ser inserida no Plano de Formação Integrado da Educação Profissional da EFA de Itiúba.

4.3.1 Sequência de temas de Planos de Estudo – P.E. para compor o Plano de Curso do Currículo Integrado do Curso Técnico de nível médio em Agropecuária da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI).

A seguir, podemos observar a Sequência de Temas para Planos de Estudo tendo a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas como ferramenta para formação dos/as jovens no Curso Técnico de nível médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Quadro 6 - Sequência Didática de Planos de Estudo para EFA de Itiúba

SEQUÊNCIA DE TEMAS DE PLANO DE ESTUDO – P.E. PARA O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DA EFA DE ITIÚBA		
TURMA:	EIXO GERADOR	TÍTULO DOS PLANOS DE ESTUDO
1º ANO	SEMENTES CRIOULAS	1. Casa Pedagógica de Sementes Crioulas; 2. Práticas de Conservação, Troca e Reprodução de Sementes Crioulas; 3. Práticas locais de Bioconstrução.
2º ANO	JUVENTUDES DO CAMPO	4. Juventude; 5. Trabalho; 6. Relações de Gênero e Diversidade no Campo;
3º ANO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	7. Políticas Públicas; 8. Participação Efetiva; 9. Controle Social;
4º ANO	MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA	10. Movimento Estadual de Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas da Bahia (CETA); 11. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); 12. Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Fonte: Autor (2021).

A referida Sequência de Temas de Planos de Estudo é fruto das reflexões realizadas nas comunidades e norteará esse percurso metodológico pedagógico da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI). Este Plano de Estudo Geral

para um Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio tem por finalidade colaborar com as Escolas Família Agrícola.

O mesmo está distribuído em um tema gerador para cada turma e 03 Temas de Plano de Estudo para cada turma/eixo gerador, sendo um tema para cada trimestre do ano letivo das EFAs.

A Sequência de Temas de Planos de Estudo é um instrumento que dará funcionalidade à Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, possibilitando aos/as professores/as e monitores/as caminhos metodológicos para os trabalhos de campo e teóricos a partir desse novo Setor Agroecológico e Pedagógico da EFAI, conforme avalia o Coordenador Estadual do Movimento (CETA) e Diretor Escolar da EFA de Itiúba, Edno Andrade (2021):

O Plano de Estudo é um Instrumento Pedagógico que utilizamos na EFA desde de quando iniciamos as nossas atividades em 2010, e essa Sequência de Temas de Planos de Estudo específicos sobre a Agroecologia, Sementes Crioulas, com foco também nas Juventudes do Campo, vai contribuir ainda mais para o fortalecimento da Agroecologia na EFA e nas comunidades, porque quando os/as estudantes levarem um Plano de Estudo sobre a Agroecologia e as Sementes Crioulas que existem na região e nas próprias famílias, torna-se um incentivo e um acompanhamento pedagógico. Volto às questões que são desenvolvidas na EFA, e quando as famílias são envolvidas em processos como esse, o resultado é muito positivo, portanto, todos estão de parabéns, os nossos jovens pela atuação nessa pesquisa, a Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI), o Curso de Mestrado dessa Universidade Federal, que é parceira dos Movimentos Sociais e das Escolas Família Agrícola, que é a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e o nosso Movimento CETA. Uma ação dessa só vem a acrescentar nas atividades Pedagógicas da nossa EFA e essa Sequência de Temas de Planos de Estudo é que consagra na prática todas as atividades. Enfim, nós só temos muito a agradecer por essa iniciativa (Edno de Jesus Andrade – Assentamento Belo Monte, depoimento cedido em março de 2021).

O Plano de Estudo é um Instrumento Pedagógico da Pedagogia da Alternância e compõe o Plano de Formação das Escolas Família Agrícola (EFAs), sendo um instrumento essencial para fomentar a prática experimentadora/pesquisadora do/a educando.

5 CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar esta pesquisa com os/as Jovens da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI), faz-se necessário refletir sobre o nosso trilhar pedagógico, agroecológico e metodológico.

Ao se propor a realização de uma pesquisa, o/a pesquisador/a deve definir a metodologia que vai utilizar para chegar ao seu objetivo. É através dela que será possível proporcionar a viabilidade da realização do projeto e a identificação da realidade investigada.

Neste estudo utilizamos a Pesquisa-ação, pesquisa essa que possibilita uma maior participação ativa dos/as sujeitos inseridos/as no contexto da pesquisa.

Trabalhar as temáticas da Agroecologia com as Sementes Crioulas de forma pedagógica em uma Escola Família Agrícola (EFA) é uma oportunidade de perceber as Juventudes do Campo, buscando transformar as suas comunidades. É também uma ação de demarcação do campo de atuação, dando ênfase à formação desses jovens.

Os Campos estão se esvaziando, o agronegócio com seus latifúndios está cada vez mais avançando, e avança também na educação, buscando transformar currículos, ementas de cursos e determinar quais passos devem ser trilhados nas formações.

Diante dessa realidade, tivemos como ponto de partida promover práxis educativas calcadas no trabalho como princípio educativo, utilizando a Agroecologia para fomentar a bioconstrução de uma Casa Pedagógica de Sementes como um setor produtivo e pedagógico da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI), sendo um espaço para o/a jovem pensar a sua realidade, tendo como eixo as Sementes Crioulas.

Buscamos, também, avaliar coletivamente a experiência vivida nas oficinas e para a bioconstrução da Casa Pedagógica de Sementes, mesmo que distantes devido ao distanciamento social.

Construímos as *Diretrizes Agroecológicas para a Casa Pedagógica de Sementes Crioulas* buscando fomentar outros processos sociais, pedagógicos e políticos no que tange ao trabalho como princípio educativo na interface entre escola, famílias, comunidades para outras Escolas Família Agrícola EFAs.

Este estudo resultou, também, em uma *Sequência de Temas de Planos de Estudo* a partir da avaliação da experiência vivida, buscando apontar caminhos para o fortalecimento do uso da Casa Pedagógica de Sementes como espaço educativo para a escola e as comunidades.

Essa Sequência de Temas de Planos de Estudo (P.E.) direciona o Plano do Curso

Técnico em Agropecuária para uma linha cada vez mais Agroecológica, e isso fortalecerá a atuação da EFA nas intervenções futuras nas comunidades/assentamentos através de Sequência de Temas de Planos de Estudo e Atividades de Retorno.

As oficinas realizadas pelos/as jovens nos seus Assentamentos determinaram um marco na participação dos/as jovens nos processos comunitários, caminhando com as comunidades para uma nova percepção sobre a juventude – a concepção de que é possível ser jovem, com pouca experiência, e ainda assim colaborar com os processos de problemáticas e tomadas de decisão na comunidade.

A Casa Pedagógica de Sementes Crioulas da EFA de Itiúba será um instrumento prático do debate e impulsionamento do Plano Camponês e do Programa Agrário, tendo como eixo gerador as Sementes Crioulas. Os povos do campo enfrentam uma luta antiga, que é a luta da resistência à dependência do sistema capitalista agrário, que concentra as terras, as sementes e dita a forma e produção, promovendo uma relação de mercadoria com a natureza, visando somente o lucro, sem se importar com o bem comum, alimentação da população, separando o ato de produzir do ato de consumir.

Com a implantação do Campo de experimentação das Sementes Crioulas, a juventude estudante da EFA ganha um novo setor produtivo e pedagógico, os/as Guardiões e Guardiãs das Sementes Crioulas nas Comunidades.

Vale destacar que esta pesquisa teve forte colaboração da Pedagogia da Alternância e dos seus Instrumentos Pedagógicos, que possibilitam um panorama da realidade dos/as jovens uma intervenção direta nas comunidades.

Ainda neste ponto, por estar vivenciando a vida da Escola Família Agrícola de Itiúba (EFAI), quero registrar o quão guerreiros e guerreiras são as pessoas que estão nessas escolas, fazendo-as funcionar, mesmo o Estado brasileiro não acolhendo essas experiências como deveria. Destaco, também, que tivemos dificuldades com a última ação, que seria a finalização da Bioconstrução da Casa Pedagógica de Sementes Crioulas, que foi impedida devido à Pandemia do Novo Coronavírus.

Trabalhar com a juventude é uma oportunidade gratificante, uma vez que os/as jovens renovam as nossas energias e muito nos ensinam. Esperamos que esta pesquisa possa servir de material para fomentar outras experiências de Trabalho de Base para outras instituições, grupos ou comunidades, e que as Sementes aqui plantadas continuem germinando e gerando frutos de defesa da Vida, da Natureza e da Coletividade em busca de um Campo cada vez mais justo, diverso e com os seus povos, com o plantio de mudas de árvores nativas para o recaatingamento, criação de núcleos de Juventude Guardiã de Sementes Crioulas nas

comunidades, sendo espaços de debates temáticos sobre todas as questões das comunidades e inserção da juventude nos espaços de colaboração e decisão.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, 264p.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** Bases científicas para uma agricultura sustentável. 1 ed. Montevideo. Editora Nordan Comunidad, 1999.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básicas nas Escolas do Campo** (Conselho Nacional de Educação – Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002). Brasília, DF: 2002.

BRASIL. **II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária.** Relatório. IPEA INCRA, 2018.

BUENO, R. J.; SILVA, A. P. Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro. *In: Educação Popular e Movimentos Sociais.* JESINE, E.; BATISTA, M. do S. X.; MOREIRA, O. de L. (Orgs). João Pessoa – PB: Editora da UFPB, 2008.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. *In: Por uma educação do campo: Campo – políticas públicas – Educação.* SANTOS, C. A. (org.). 7 ed. Brasília: NEAD especial, 2008, p. 67-86.

CALDART, R. S. **Sobre educação do campo.** III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007. Disponível em: http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf. Acesso em: 15/11/ 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e alternativas ao desenvolvimento rural sustentável.** 2002.

CASTRO, E. G. de. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e reforma agrária. **Revista Proposta**, n. 107/108, p. 74-80, dez./mai., 2005/2006.

COSTA GOMES, J. C.; BORBA, M. Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Ciência & Ambiente**, jul./dez., 2004.

DESROCHE, H. Pesquisa-ação dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa. *In: Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche.* THIOLENT, M. (Org.). São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 33-68.

DIONNE, H. A pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Tradução: THIOLENT, M. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. (Série pesquisa v. 16)

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaração de Nyéléni.** Nyéléni, 2007.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 14 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- FREIRE, P. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRIGOTTO, G. Educação como capital humano: uma “teoria” mantenedora do senso comum. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 10-37, jan./jun. 1984.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3 a ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.
- GAUTHIER, B. **Recherchesociale** – De laproblématique à lacollectedesdonnés. Québec: Presses de l’Universitpedu Québec,1984.
- HACON, V.; QUINTANA, A. C.. **O Social em Questão**, nº 25/26, São Paulo, 2011, p. 427-444.
- KOLLING, E. J.; NERY, F. S. C.; MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma Educação Básica do Campo: memória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 1).
- LUKÁCS, G. **Per l’ontologiadell’esseresociale**. v. 1. liv. 1. Roma: Riuniti, 1981.
- MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, J. Anotações em torno do Conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido. *In*: **Educação para a Convivência com o semiárido** – Reflexões Teórico-Práticas. Secretaria Executiva da RESAB (Org.), Juazeiro: Gráfica Franciscana, 2004.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad.: JRANIERI, J. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: _____. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. 1 ed. São Paulo. Expressão popular. 2001.
- NOSELLA, P. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória, ES: EDUFES. 2013.
- PORTO-GOLÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.
- POUPART, J. *et al.* (Org.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: NASSER, A. C. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.

PUIG-CALVÓ, P. Centros Familiares de Formação em Alternância. *In: Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento. Primeiro Seminário Internacional. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas-UNEFAB, 2006, p. 15-24.*

SABOURIN, E. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, B. de S. **1940** – Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. Tradução: MOUZAR, B. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, T. R. “**CETA: nossa luta é justa e certa**” - Formação e territorialização do Movimento CETA (1994 - 2009). Trabalho de conclusão de Curso. Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SAVIANI, D. **O nó do ensino de 2º grau**. Bimestre, São Paulo: MEC/ INEP CENAFOR, n. 1, out. 1986.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Ética ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y laglobalización económica**. Córdoba: ISEC-ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1999. (mimeo).

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo. Gaia. 2005.

SHIVA, V. Grandes corporações promovem uma ditadura do alimento. São Leopoldo. Instituto Humanitas Unisinos, 2013.

SNEA. **I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia: Construindo Princípios e Diretrizes**. Recife: UFPE. 2013, 16p.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos**, 2006. Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf. Acesso em: 10/12/2019.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

ZUÑIGA, R. La recherche-action et le controle dusavoir. **Revue Internationaled’ Action Communautaire**, Lorraine, v. 45, n. 5, p. 35-44,1981.